

POVO LIVRE

Director: Jorge Manuel Ferraz de Freitas Neto

Periodicidade Semanal

Registo na ERC nº 105690

Propriedade: PSD - Rua de São Caetano, nº 9 1249-087 Lisboa

Apresentação do Programa eleitoral do PSD

COMPROMISSO DE VERDADE

«A coragem de definir as áreas de intervenção urgente e prioritária e não uma receita demagógica que tudo promete a todos»



Destaques:

Presidente candidatos a deputados da JSD a “defender a Liberdade” ameaçada

Em “Actividades da Presidência”, apresentação candidatos JSD

Governo cria gigantesca máquina para iludir e ocultar

Actividades da Presidente, encerramento da UV-2009

Governo utiliza dinheiros públicos para propaganda eleitoral

Actividades do PSD, confª Imprensa Marques Guedes



Apresentação do Programa eleitoral do PSD

«A coragem de definir as áreas de intervenção urgente e prioritária e não uma receita demagógica que tudo promete a todos»

Portugal precisa – hoje, mais do que nunca – de ambição, mas de uma ambição realista.

Portugal precisa – hoje, mais do que nunca – de confiança, mas de uma confiança fundamentada e consistente.

Portugal precisa – hoje, mais do que nunca – de esperança, mas de uma esperança assente na verdade.

Portugal precisa de ambição, porque, com as políticas socialistas, entrou num ciclo imparável de declínio e de empobrecimento crescente; que chegou já ao cúmulo de não hesitar viver hoje à custa das gerações futuras.

Portugal precisa de confiança, porque a política do Governo socialista, contribuiu grandemente para a erosão dos valores cívicos e éticos e pôs decisivamente em crise a credibilidade da política.

Portugal precisa de esperança, porque a venda diária de ilusões, fez disseminar uma onda persistente de pessimismo, desânimo e descrença.

Portugal precisa de ambição, confiança e esperança e é isso que o PSD se dispõe a oferecer-lhe, com sentido do dever, espírito de serviço e escrúpulo do cumprimento da palavra, através do seu programa eleitoral, a que demos o nome “Compromisso de Verdade”.

Este “Compromisso de Verdade”, que aqui assumo pessoalmente em nome do PSD, distingue-se claramente dos habituais programas partidários,

Distingue-se, em primeiro lugar, porque de forma clara fazemos uma selecção de prioridades.

O programa eleitoral do PSD não se apresenta como uma receita que pretende resolver todos os problemas do país ao mesmo tempo e que, indiscriminadamente, tudo promete a todos.

Há que ter a coragem de definir as áreas de intervenção urgente e prioritária e de assumir que essas mobilizarão, à



frente das restantes, os esforços de um Governo PSD.

Assim, tomamos o compromisso de dar prioridade à economia, às questões sociais de solidariedade e saúde, à justiça, à educação e à segurança.

Serão estes os cinco campos de intervenção urgente e preferencial de um Governo do PSD.

Sabemos, por experiência, que os recursos são escassos e que não é possível fazer – fazer bem – tudo ao mesmo tempo.

Sabemos, por conhecimento e em consciência, que a política é a arte da escolha e um exercício permanente de opção e selecção.

Os projectos políticos também têm de ser julgados pela capacidade que têm de fazer opções e pelas opções que, substancialmente, fazem.

Cabe agora aos portugueses julgar o mérito das opções feitas.

Distingue-se também este Programa, porque é sucinto e objectivo, não se refugiando em generalidades, prometendo tudo a todos.

Tudo o que é explicitado será rigorosamente cumprido

O ponto de honra – a verdadeira nota distintiva – é que todos os critérios defi-

nidos, todas as soluções propostas, todas as medidas avançadas são susceptíveis de ser executadas.

Tudo o que é explicitado será rigorosamente cumprido.

Por isso se trata, não de um programa feito por um conjunto de sábios, que já escreveram dezenas de programas de governo e que se limitaram ao “copy-paste” das versões anteriores, mas de um “Compromisso de Verdade”.

Quem estiver à procura neste texto de “soluções mágicas”, “medidas-bandeira” ou “slogans de belo efeito”, vai procurar em vão.

Um compromisso de verdade vive da





consistência e da coerência interna, não do “panfletarismo fácil”.

Com este compromisso, os portugueses sabem com o que podem contar.

É um projecto cujo cumprimento e execução podem ser verificados página a página, parágrafo a parágrafo, linha a linha. Este programa deve ser julgado e apreciado também por isso: por esta fácil possibilidade de aferição e controlo externo.

Distingue-se finalmente dos restantes programas pelo modo como foi elaborado.

O texto que têm diante de vós resulta do trabalho de longos meses do Instituto Francisco Sá Carneiro, do Gabinete de Estudos e dos «fora» Portugal de Verdade.

Na identificação dos diagnósticos, na

vergência com a União Europeia.

A política económica tem, pois, de se orientar para o investimento privado - nacional e estrangeiro - as exportações, a competitividade e a empregabilidade, designadamente, através de uma atenção preferencial ao mundo das pequenas e médias empresas.

O papel do Estado será prioritariamente o de eliminar os constrangimentos que se põem às empresas para alcançar estes objectivos.

Isto implica medidas como o pagamento efectivo das dívidas do Estado às empresas (sempre prometido, mas sempre por cumprir), a redução em dois pontos da taxa social única, a mudança do regime do pagamento do IVA ou a extinção



protagonista das políticas sociais e terá de sê-lo mais ainda na presente conjuntura.

O PSD é social, mas não é estatizante ou estatista e, por isso, aproveita toda a energia da sociedade civil para a pôr ao serviço dos mais vários designios sociais.

A preocupação mais urgente diz obviamente respeito ao desemprego e ao número de desempregados, que tem subido sistematicamente em flecha, que este Governo descuro e nunca deixou de manipular, encobrendo uma herança que se reflectirá por mais algum tempo. Neste sentido, para além de uma extensão excepcional do período de subsídio de desemprego, será adoptado um leque de incentivos fiscais à contratação e um programa especial de estágios profissionais

a garantia da universalidade e facilidade de acesso aos respectivos cuidados.

Vamos reforçar, portanto, a universalidade do acesso aos cuidados de saúde, promovendo a liberdade de escolha dos utentes, a redução das esperas e a qualidade dos serviços.

Neste contexto, na próxima legislatura, não aceitamos co-pagamentos ou taxas moderadoras para efeitos de financiamento do sistema de saúde.

A justiça social é uma responsabilidade de todos e não apenas do Estado e, por isso, o PSD toma a família como o eixo de todas as políticas sociais.

Na verdade, grande parte dos problemas sociais pode ser resolvido ou minimizado com um enquadramento

escolha das prioridades, na construção e selecção das soluções colaboraram centenas, mais exactamente, milhares de portugueses.

Muitos, dos mais variados quadrantes e proveniências, convidados pelo PSD; muitos outros, por iniciativa própria, através do telefone ou do correio electrónico.

Todos os pontos foram debatidos e ponderados com cuidado. E todos eles foram escritos de modo a que o programa seja acessível a todas as pessoas.

Não se trata, por isso, de um programa editado por um grupo de sábios, a pensar no marketing político, segundo o princípio da satisfação máxima da clientela eleitoral.

Trata-se, pelo contrário, de um documento que, não só no seu conteúdo, mas também na sua elaboração, obedeceu a um escrupuloso respeito pelos cidadãos que seriam seus destinatários e pelo imperativo da verdade.

Estamos convictos que, só por si, este Compromisso de Verdade contribui para restaurar os laços de lealdade e confiança com o eleitorado, com os cidadãos portugueses.

Um tal projecto, na área económica, impõe um novo modelo económico que rompa com o modelo socialista e dirigista dos últimos anos, o qual gerou um endividamento externo e um endividamento público insustentáveis.

Não é com o actual modelo que se pode esperar travar o declínio em que o País se encontra e muito menos inverter este plano inclinado.

Os grandes objectivos do novo modelo económico são a criação de emprego, a retoma do crescimento e a rota de con-

do pagamento especial por conta.

E implica também, tudo o que tem de ser feito, no domínio das finanças, através da redução da despesa pública, garantindo uma consolidação orçamental efectiva.

Uma revisão radical da política de investimentos públicos

E, por isso, é necessária uma revisão radical da política de investimentos públicos, substituindo o actual conjunto de obras megalómanas por investimentos de proximidade, com impacto directo na produtividade e competitividade.

Suspenderemos de imediato o megaprojecto do TGV, sujeitando-o a uma reavaliação.

O novo aeroporto de Lisboa será equacionado por módulos ou fases de construção, em função das estritas necessidades de complemento do aeroporto da Portela.

Toda a política rodoviária, designadamente, de auto-estradas terá de ser revista, seja quanto a subconcessões contratadas, seja quanto a subconcessões em vias de adjudicação.

A política económica terá ainda de dar prioridade à agricultura, que este Governo desprezou sem dó nem piedade e que está sujeita aos maiores desafios no quadro da previsível reforma da Política Agrícola Comum.

A valorização dos recursos marítimos, florestais e turísticos serão bandeiras distintivas da visão económica do PSD.

O PSD foi sempre, por matriz programática e por prática governativa, um



para desempregados.

O combate à pobreza, por sua vez - como sempre defendi -, tem de estar na dianteira das políticas sociais.

A pobreza sénior e a pobreza infantil merecem uma atenção redobrada.

Para tanto, temos de acarinhar e estimular o papel das instituições privadas de solidariedade social e das instituições públicas locais, da sociedade civil e do voluntariado.

O Estado apoia - mas não se substitui - ao papel ímpar, de conhecimento de proximidade e do terreno, destes agentes e mediadores sociais.

Seremos rigorosos na fiscalização da justeza da atribuição de apoios sociais, por exemplo, ao nível do Rendimento Social de Inserção.

Em linha com as preocupações de justiça social, a saúde terá como trave mestra

familiar adequado, pelo que os agentes familiares precisam do apoio e do suporte dos poderes públicos.

Não quero finalmente deixar de destacar que vamos colocar a política de integração dos cidadãos com deficiência na vanguarda das políticas sociais.

A Justiça: um dos maiores desafios, com a educação e a cultura

Um dos maiores desafios do próximo Governo, atendendo ao completo fracasso das políticas socialistas, tem a ver com o sector da justiça. Será uma prioridade inafastável de um governo do PSD.

Tudo será feito, não apenas para combater a morosidade e ineficácia do sistema judicial, mas também para reforçar a credibilidade e a legitimidade do poder



judicial e dos seus actores.

Isto naturalmente pressupõe o reatamento de um diálogo institucional efectivo e o respeito escrupuloso pela idoneidade, probidade e independência das profissões judiciais.

Ao nível legislativo, é hoje indispensável uma revisão e modernização profunda do processo civil; ao nível dos meios, é urgente a criação de novos juízos de execução e o reforço dos meios dos tribunais do comércio.

Ao nível da organização profissional, tem finalmente de se pôr em prática a contingência de processos por magistrado e deve avançar-se para uma revisão do regime remuneratório dos magistrados, de modo a introduzir uma componente variável em função de indicadores quantitativos e qualitativos.

No plano criminal, todos os esforços serão feitos para dar uma luta sem quartel à corrupção, pondo fim às constantes hesitações e reticências do governo socialista.

Tendo em conta os enormes erros, com péssimos resultados em matéria de segurança, vamos corrigir a Lei-Quadro de Política Criminal e a controversa Lei das Armas, com todas as consequências a nível penal e processual penal.

A educação foi, com o governo socialista, uma enorme decepção. Cedeu-se, ao laxismo, ao facilitismo na avaliação, à falta de disciplina nas escolas. Degradou-se até ao insustentável a autoridade e o prestígio dos professores, qualidades indispensáveis ao regular funcionamento das escolas.

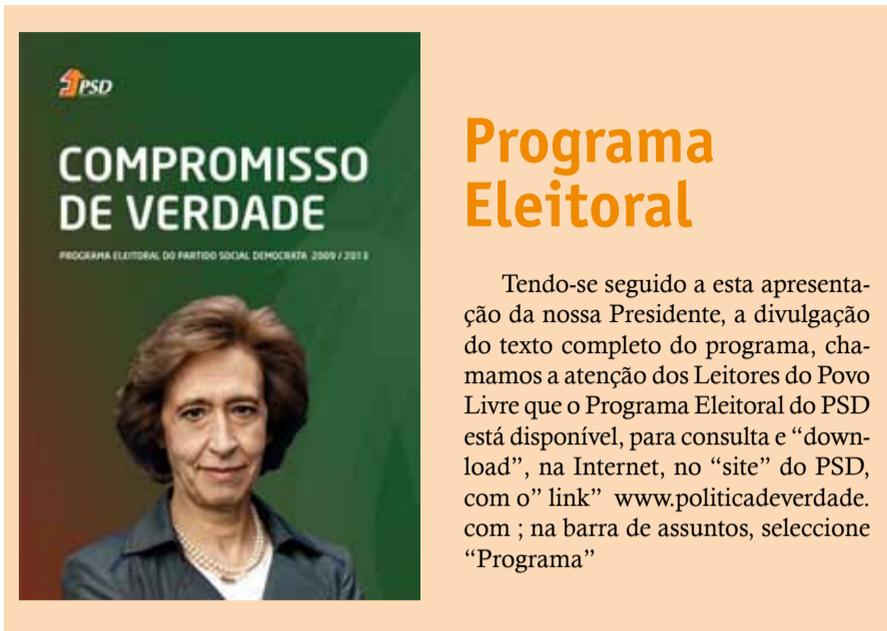
O PSD compromete-se, enquanto Governo, a criar uma cultura de exigência e de rigor, que premeie o mérito e o esforço e aumente a qualidade do ensino e do conhecimento adquirido.

É imperioso mudar o Estatuto do Aluno para voltar a valorizar a assiduidade, a disciplina e o civismo; tem de simplificar-se a punição de infracções; tem de se estimular a participação e co-responsabilização dos encarregados de educação.

É fundamental reabilitar a respeitabilidade dos professores, cimentando a relação de confiança da comunidade no corpo docente.

Vamos suspender de imediato o actual modelo de avaliação e rever o Estatuto da Carreira Docente, abolindo o regime de divisão actual.

O novo modelo de avaliação – do qual não se abdicará em caso algum – deve seguir os padrões internacionais de



Programa Eleitoral

Tendo-se seguido a esta apresentação da nossa Presidente, a divulgação do texto completo do programa, chamamos a atenção dos Leitores do Povo Livre que o Programa Eleitoral do PSD está disponível, para consulta e “download”, na Internet, no “site” do PSD, com o “link” www.politicadeverdade.com; na barra de assuntos, seleccione “Programa”

aferição por mérito.

Vamos apostar na atribuição de maior autonomia às escolas, deixando ao Ministério, cada vez mais, uma função basicamente reguladora.

A universalidade da educação pré-escolar, seja por razões educativas, seja por razões sociais de apoio à família e às mulheres, é uma prioridade.

Já no que respeita ao ensino superior, vai pôr-se termo ao estrangulamento financeiro actual e ao favoritismo discricionário que o governo socialista escandalosamente cultivou.

A racionalização da oferta da rede pública, a definição de um sistema de financiamento transparente e a recuperação de uma avaliação externa credível serão passos determinantes a dar no sistema de ensino superior.

A segurança

Por último, mas não menos importante: a segurança.

O Partido Socialista tratou a matéria da segurança com indiferença e sem sentido de Estado. É imperativo suster e inverter o actual ciclo de crescimento exponencial da violência – da violência urbana em particular.

O PSD dará um apoio indefectível às forças de segurança, emprestando ao Estado a autoridade de que ele carece. Assentará a sua política num plano nacional de segurança, em que se destacará a coordenação das diferentes forças, a partilha de informação policial e o policiamento de proximidade.

Mais do que medidas legislativas, será

posto enfoque no reforço dos meios técnicos, logísticos e humanos e na formação inicial e contínua dos seus agentes.

Ao nível da prevenção, desenvolver-se-á uma política integrada e transversal, com o contributo directo das autarquias, da segurança social, das instituições de solidariedade social e das escolas.

Também aqui, e mais uma vez, a política de segurança convoca a sociedade civil e a generalidade dos poderes públicos.

Atender-se-á ainda à segurança rodoviária – que continua a necessitar de um esforço contínuo – e à segurança florestal contra incêndios, em que se vai privilegiar a formação e o voluntariado.

Uma visão global para Portugal

As cinco prioridades definidas, bem como a explanação das restantes políticas, decorrem de uma visão global para Portugal.

Uma visão de um Portugal em convergência económica e social com a União Europeia, em que o Estado de Direito e as liberdades cívicas – aí incluída a segurança – estão garantidas.

Uma visão que quer mobilizar as dinâmicas da sociedade civil, dos cidadãos, das famílias e das empresas na assistência social, na saúde e na educação e, bem assim, que mobiliza e estimula as valências do poder local.

Um Estado que não gasta demais, que não vive para a propaganda ou para o auto-comprazimento e o auto-elogio das lideranças, que não se revê no dirigismo asfíxiante de tudo o que é livre, de tudo o que mexe e agita.

Um Estado que vê o desafio tecnológico como um catalizador e libertador da iniciativa e das energias sociais e não como um instrumento sofisticado através do qual domina os cidadãos.

Um Estado que, enquanto garante da ordem pública e das condições de bem-estar, permita a cada cidadão, a cada família, a cada instituição, a realização do seu projecto de vida, das suas aspirações e dos seus planos.

Um Estado que seguirá, na melhor tradição - das democracias ocidentais -, a tradição da liberdade, da igualdade de oportunidades e da solidariedade.

Um Estado onde todos contam e todos tenham lugar.

Um Portugal com futuro e com progresso.

É com este compromisso, que nos apresentaremos aos eleitores no próximo dia 27 de Setembro.

A presidente em Castelo de Vide, no encerramento da UV

O Governo criou uma gigantesca máquina em que se apoiou para iludir e ocultar os fracos efeitos da sua acção política

O encerramento da Universidade de Verão/2009, foi feito pela Presidente do PSD, num discurso de cariz acentuadamente político, que se pode inserir numa linha de pensamento coerente da líder social-democrata, ultimamente reiterado e condensado no discurso de apresentação do programa eleitoral.

Afirmou Manuela Ferreira Leite:

A Universidade de Verão é já um símbolo da vitalidade do PSD e da sua capacidade de cativar novas gerações para pegar na nossa bandeira e prosseguir os nossos ideais.

Saúdo todos os que, ano após ano, animam e fazem crescer esta iniciativa, dando-lhe uma dimensão e um prestígio que ultrapassam largamente as fronteiras do Partido.

Esta é uma iniciativa de cariz partidário, mas não é uma acção sectária, é um espaço de divulgação e defesa dos valores e princípios próprios de uma cultura democrática.

Saúdo todos os jovens que aqui se empenham pelo estudo, pelo debate e pela abertura de espírito necessários para serem a ser decisores conscientes, políticos responsáveis ou simplesmente cidadãos corajosos e defensores da liberdade.

Na verdade, a formação cívica e política prepara para uma intervenção plena na sociedade, seja qual for a área profissional que se venha a abraçar.

Há quem interprete esta iniciativa como se destinasse apenas à formação de quadros para o exercício de cargos públicos.

Não deve ser visto assim.

A política, no seu sentido de serviço, de interesse pelos outros e dedicação a causas que se consideram essenciais para a organização das sociedades, faz parte de todas as actividades e da vida de todos os cidadãos.

Esta não se esgota (muito longe disso!), na actividade no sector público, por muito nobre e necessária que esta seja, como é.

A capacidade de ser parte activa de forma esclarecida e construtiva será tanto maior quanto melhor for a formação integral de cada um com o conhecimento, a experiência e a afirmação profissional que possam ter em diferentes áreas de actividade.

Creio que cada um de vós poderá, um dia, testemunhar isto mesmo.

«Uma legislatura dominada pela prepotência de uma maioria absoluta»

Caros Amigos e Companheiros,

Estamos a chegar ao fim de uma legislatura dominada pela prepotência de uma maioria absoluta que não soube





aproveitar as extraordinárias condições de que dispôs para governar, apesar da gigantesca máquina em que se apoiou para iludir e ocultar os fracos efeitos da sua acção política.

Os sinais desse fracasso eram já bem visíveis quando a crise atingiu a economia nacional.

De facto, a dívida externa, nos últimos anos, está em valores inoportáveis e, o endividamento das empresas e das famílias subiu em flecha.

A máquina do Estado, nos seus múltiplos sectores, foi sacudida por uma tempestade de pretensas reformas que se saldaram pelo descrédito dos profissionais, pela tensão entre os agentes educativos e pelo desrespeito público por aqueles que de alguma forma ousaram manifestar qualquer sinal de desacordo.

A tensão social e a crispação só tiveram paralelo na arrogância da reacção do Governo, indiferente a todos os sinais, persistindo nas políticas erradas e nos auto elogios.

A oposição e, em particular, o PSD, foi completamente ignorada nas intervenções parlamentares, o debate político atingiu foros de agressividade nunca vistos e a manipulação ou a gestão política dos anúncios e dos dados estatísticos passou os limites do tolerável.

Com a evidência da crise, porém, não foi só a situação económica e as condições de vida dos portugueses que se agravaram ainda mais. Foi também a teimosia do Governo. Cresceu o tom

insidioso de ameaça e as tentativas desaperçadas, primeiro de maquilhar, e depois de aparecer como vítima.

O PSD alertou desde cedo para o perigoso caminho que estávamos a seguir.

Apontou os sectores mais frágeis, propôs medidas de intervenção, reagiu frontalmente à falta de sensatez política e ao engano em que se queria manter os portugueses, paralisando a sua capacidade de iniciativa.

Nestes quatro anos e meio, o Estado transformou-se de modo insustentável, numa máquina ao serviço do poder e dos que o ocupam, dos que protege e dos que lhe são submissos, com raras e honrosas excepções que só confirmam a regra.



Criou-se um ambiente de intriga e de falsas verdades, diluíram-se pilares da sociedade, como a família e o casamento, para impor a vontade da lei, onde devia prevalecer a liberdade individual.

Isto tudo a coberto de proteccionismos pseudo-esclarecidos que enfraquecem a vontade de agir e limitam a livre escolha. Assim se entrou no declínio e na erosão dos valores cívicos e éticos, conduzindo ao pessimismo, à suspeição e à descrença.

«Fomos o primeiro partido político a detectar e a revoltar-se contra o clima de asfixia democrática»

O PSD aguentou todos os ataques, todas as insinuações, senão mesmo muitas mentiras.

Viu e denunciou as tentativas pouco democráticas de silenciamento na comunicação social.

Fomos o primeiro partido político a detectar e a revoltar-se contra o clima de asfixia democrática, visível em muitos gestos e atitudes, mas também subtil, usando a técnica de fazer parecer normal e aceitável o que era pura e simplesmente intolerável.

Assistimos também à aprovação de leis em clima de confronto, às vezes mesmo de provocação, quando deviam mobilizar as principais forças políticas, acolhendo sugestões e aperfeiçoamentos que muito teriam contribuído para uma execução justa ou isenta de dúvidas.

Assistimos também à emenda precipitada de muitas delas, ao recuo em muitas outras, desperdiçando tempo e, o que é mais grave, minando a confiança das pessoas nas traves mestras da construção de um sistema jurídico moderno e equilibrado.

Chegamos ao fim desta legislatura com o sabor amargo da oportunidade perdida, dos combates desgastantes e quantas vezes estereis.

Conclui-se, assim, o mandato que devia ter sido para recuperação e progresso com um saldo de desânimo, de mais dívidas, de mais pobreza e de menos justiça social.

Sobretudo, com um grande enfraquecimento da sociedade civil, prisioneira de um Estado que tudo comanda, tudo gere e que gosta de sentir que tudo depende do seu favor ou da sua decisão.

É, pois, tempo de virar a página.

Todos os portugueses anseiam por

uma mudança, pelo fim deste clima de desconfiança, de alheamento pelos seus problemas.

Todos os portugueses reclamam tréguas para a crispação e espaço para a sua iniciativa livre e criativa, a única força capaz de nos fazer sair das dificuldades em que nos encontramos.

Apresentámos aos portugueses o nosso programa eleitoral, numa carta de compromissos que nos vinculam a todos desde já.

Não se trata apenas de um enunciado de medidas, embora elas sejam todas da maior importância para a concretização da estratégia de recuperação e progresso que queremos para o nosso País.

Trata-se antes da afirmação de uma forma renovada de fazer política, de falar com o eleitorado, de dar a cara com franqueza e com coragem, em contraste com a mistificação, com o que parece mas não é, com o logro de se deixar entender uma coisa para afinal se querer dizer outra.

Nós ouvimos os portugueses. O nosso programa resultou dessa consulta intensa e da ponderação de tudo o que nos transmitiram, dos anseios, das críticas, dos medos e das expectativas.

Nós queremos ser escutados e queremos ouvir o que têm para nos dizer, não apenas as palavras de louvor ou de apoio, mas também as críticas ditadas pela boa fé e pela cooperação leal.

Nós não aceitamos quem impõe soluções e constrói os seus êxitos de forma artificial para a seguir responder desabridamente a quem se atreve a criticar, refugiando-se depois atrás do ruído dos que aplaudem porque dependem do poder.

Nós acreditamos nos portugueses e queremos que os portugueses acreditem em si próprios.

Por isso o nosso primeiro compromisso é o de devolver à sociedade civil uma ampla capacidade de agir, criando condições para que todos, de acordo com as suas capacidades, possam contribuir para o progresso e para o desenvolvimento do nosso País.

O PSD defende uma visão de um Portugal em convergência económica e social com a União Europeia, mas esse crescimento só será possível com a afirmação de valores que agreguem a sociedade civil, lhe dêem ânimo para agir e a robustez necessária para ter uma opinião crítica capaz de recusar dirigismos paralisantes.

O papel da sociedade civil é vital numa ordem livre e democrática.

De facto, quanto mais amplo for o espaço de acção e participação das organizações civis na resolução dos problemas nacionais, mais consciente e melhor informada será a cidadania e mais fácil será assegurar uma actuação responsável dos Governos e a sua proximidade aos cidadãos.

As organizações civis, políticas e não-políticas, constroem capital social, partilham valores e agregam confiança, que se transferem para a acção política como um traço de união na sociedade e aumentam a capacidade de conciliar interesses diversos ou complementares.

Os jovens, em particular, sabem bem reconhecer o valor da participação cívica, agora muito impulsionada pelas redes sociais e pela crescente mobilidade europeia e mundial.



Mas, atenção, mais acesso à informação também traz novas responsabilidades, porque pressupõe mais esclarecimento e mais ponderação das implicações de tudo aquilo que se defende ou exige.

Também por esta via se alarga a intervenção democrática, porque é acessível a todos.

Os jovens portugueses sabem bem avaliar a importância desta linha de acção, porque têm uma vivência riquíssima de associativismo e voluntariado.

Esta realidade está bem expressa na dinâmica das inúmeras associações juvenis e no seu extraordinário trabalho junto dos jovens e das comunidades em que se inserem, onde são muitas vezes o mais importante elo de ligação intergeracional e de promoção de valores cívicos, culturais e humanitários.

Por isso, sabemos que podemos contar com o apoio dos jovens e com a sua resposta positiva, clara e empenhada.

Caros Amigos e Companheiros,

Alguns, criticaram o nosso programa exactamente por termos ousado reafirmar os valores que nos guiam, o amor à verdade, a prevalência do mérito, o debate sereno e digno, o respeito pelos contributos dos que têm algo a dizer.

E, sobretudo, por proclamarmos o respeito pelas instituições e pelas pessoas, concordem ou não com o que propomos.

Sem esses fundamentos não há medidas que possam ser avaliadas, não há garantias que suscitem confiança, não há rumo que possa mobilizar.

Os portugueses estão ressentidos por ver desperdiçados em grande parte os sacrifícios que lhes foram pedidos.

O PSD assume a defesa de um Estado com menos peso e que potencie a liberdade e a iniciativa privada, mas que seja um Estado em que todos contam e todos tenham igualdade de oportunidades.

A redução do peso do Estado, indispensável para que se garanta a sustentabilidade financeira do sistema social, nunca poderá fazer-se à custa dos interesses dos cidadãos, antes terá que assegurar uma prestação de serviços isenta, universal e de qualidade, que promova melhores condições de vida e maior eficácia aos recursos de que necessita.

Para isso é necessário um Estado que tenha a capacidade e a credibilidade para se impor ao livre jogo da concorrência, que imponha regras, as fiscalize e as faça cumprir, garantindo a protecção dos mais fracos, os interesses da comunidade e a defesa de uma sociedade justa e coesa.

E, também para isso é fundamental o exercício activo e esclarecido da cidadania, é preciso que se afirme a força da sociedade civil consciente dos seus direitos e bem desperta e capacitada para a sua defesa e espaço de intervenção.

Por isso o nosso Compromisso de Verdade lhe dá um destaque incontornável e coerente.

Caros Amigos e Companheiros,

Apresentamo-nos ao País com uma ambição realista, porque sabemos que quem promete tudo é porque não sabe o que vai fazer.

Pedimos uma confiança consistente, porque o que propomos pode ser medido e confirmado à medida da sua execução.

E queremos suscitar na sociedade portuguesa uma esperança assente na verdade, a única que é fonte de credibilidade



e não de cepticismo.

«O nosso Programa é ambicioso para as actuais gerações /.../ mas respeita as gerações futuras»

O nosso Programa é ambicioso para as actuais gerações, cujo trabalho e esforço ditará a recuperação.

Mas respeita as gerações futuras, porque renuncia a viver à custa dos que hão-de nascer e que não podem ter à sua espera a imensa factura dos imprudentes e insensatos.

O PSD defende a liberdade individual e a livre iniciativa porque acredita que a principal riqueza de uma sociedade está nas suas pessoas, na capacidade, energia e aptidão dos jovens, na experiência e conhecimento dos adultos, na sensatez e no conselho dos mais velhos.

Mas reafirmamos o papel essencial do Estado como garante dos interesses gerais, como apoio aos mais carenciados, como impulsionador da economia, da justiça e da coesão social.

Os serviços prestados pelo Estado têm que ser acessíveis sem distinção e suficientes para uma qualidade de vida ao nível dos outros países europeus.

A educação para todos, a saúde pública, a Segurança Social, a inclusão, bem como o exercício responsável e exigente das funções de soberania são funções indeclináveis do sector público.

Sabemos que os recursos são escassos e não os escondemos. Não é com enganos que se combatem as fraquezas, mas com a plena consciência das dificuldades que nos esperam.

Ponderámos profundamente as propostas apresentadas ao País, sabendo bem como seríamos alvo das críticas fáceis e dos desdêns de quem não fez, mas promete que um dia vai fazer.

E por isso podemos afirmar, com toda a clareza, que tudo o que é explicitado será rigorosamente cumprido.

O nosso Programa obedece a um escrupuloso respeito pelos cidadãos e a um

imperativo da verdade, em vez de estar apostado exclusivamente no marketing político.

Temos plena consciência de que o imenso trabalho e a dificuldade a vencer exigem muito mais do que a acção de um Governo ou o esforço empenhado e honesto de alguns.

Portugal precisa de todos. De todos os seus jovens, de todos os profissionais, de todos os sectores.

Precisa de mobilizar todos os seus recursos e as suas capacidades produtivas, precisa de talentos, de competências e de coragem.

Portugal precisa de ânimo, de entusiasmo, de confiança.

Mais do que ganhar eleições temos que ganhar o País! - Manuela Ferreira Leite

JSD apresenta candidatos a deputados

A nossa Presidente exorta-os a “Defender a Liberdade”

Os candidatos a deputados da Juventude Social-Democrata (JSD), que foram apresentados publicamente na segunda-feira, assinaram um «contrato eleitoral» em que se comprometem a especificar os motivos das suas eventuais faltas e a apresentar um relatório anual sobre a sua actividade no Parlamento.

O contrato eleitoral da JSD foi assinado numa cerimónia no Museu do Oriente, em Lisboa, em que estiveram presentes a presidente do PSD, Manuela Ferreira Leite, e o presidente da JSD, Pedro Rodrigues.

A JSD tem nas listas do PSD às legislativas de 27 de Setembro onze candidatos, em posição elegível. No total, entre efectivos e suplentes, são 46 os candidatos da organização de juventude do PSD.

Na sua intervenção, o presidente da JSD afirmou que contrato eleitoral agora assinado é “um compromisso com a credibilização do sistema político”.

Pedro Rodrigues assinalou que os

futuros deputados da JSD se comprometem a divulgar as suas agendas e os seus rendimentos.

“Os nossos deputados que faltarem terão a obrigatoriedade de justificar as faltas e, meus caros amigos, chega do tempo em que as faltas, pelo menos para nós, sejam justificadas com trabalho político”, destacou, em seguida, o presidente da JSD.

“As nossas justificações têm de ser densificadas, para que os jovens portugueses saibam o que é que os nossos deputados andaram a fazer para não estarem no Parlamento, no plenário ou nas comissões”, acrescentou.

Pedro Rodrigues referiu ainda que os candidatos da JSD se comprometem a apresentar “um relatório anual com a actividade de cada deputado” e afirmou que “serão a voz da juventude no Parlamento, não serão a voz do partido no Parlamento”.

Antes, o presidente da JSD considerou que os problemas que Portugal enfrenta hoje “são exactamente” os mesmos de “há 30 anos” e que as abordagens para os resolver são também as mesmas.

“Os jovens não acreditam já na velha política. A juventude portuguesa está cansada das mesmas posturas, das mesmas posturas que nada resolvem, das mesmas abordagens de sempre”, prosseguiu, defendendo a necessidade de “uma nova geração de políticos, que fale a mesma linguagem da juventude”.

Pedro Rodrigues apontou “a mais alta taxa de desemprego de jovens licenciados na Europa, 18,7 por cento”, e os “22 mil jovens que ficam de fora dos incentivos ao arrendamento jovem” no final da actual governação do PS.

Dirigindo-se à presidente do PSD, Manuela Ferreira Leite, declarou: “A juventude também acredita em si, acredita que é possível voltarmos a liderar a Europa, voltarmos a estar no topo dos índices mais importantes ao nível do desenvolvimento social”.



Manuela Ferreira Leite exorta os candidatos da JSD a empenharem-se no combate político

A presidente do PSD Manuela Ferreira Leite, encerrou a cerimónia, defendendo que é preciso travar a política socialista, porque avançar com essa política, como pede o secretário-geral PS nos cartazes de rua, “será o desastre”.

Na sua alocução, a líder social-democrata afirmou ainda que o secretário-geral do PS, José Sócrates, gostaria de ver o país inteiro a obedecer-lhe cegamente, sustentando que Portugal vive em “asfixia democrática” e instou os jovens a baterem-se pela liberdade.

“Eu fico verdadeiramente espantada e muito preocupada com os novos cartazes do PS, que dizem: Vamos avançar”, declarou a presidente do PSD, perante uma plateia de cerca de cem jovens, referindo-se aos cartazes com a cara de José Sócrates e o lema “Avançar Portugal”.

“Eu penso que, neste momento, a coisa mais perigosa que existe é avançar com a política socialista, porque a política socialista está a conduzir o país num plano inclinado e, portanto, avançar significa cair no fundo”, acrescentou a presidente do PSD, recebendo muitas palmas de toda a assistência.

Manuela Ferreira Leite concluiu que “aquilo que há a fazer é travar, tudo menos avançar”, argumentando que avançar com a política do PS “será o desastre do país e, muito especialmente, das futuras gerações”.

Segundo presidente do PSD, “a situação em que o país está, resulta exclusivamente das políticas socialistas”, porque nos últimos 14 anos o PS esteve onze no poder, enquanto o PSD esteve “apenas cerca de três”, insuficientes “para corrigir tudo aquilo que foi feito antes”.

Por outro lado, a presidente do PSD subscreveu a ideia defendida pelo presidente da JSD, Pedro Rodrigues, de que a Juventude Socialista (JS) actua segundo as ordens do secretário-geral do PS, José Sócrates.

“A única coisa que é mais preocupante é que isso não acontece só com os jovens, acontece com toda a sociedade. Toda a sociedade tem de dizer sim ou tem de dizer não ao engenheiro Sócrates quando ele diz que sim ou que não”, considerou.

“Por vontade do engenheiro Sócrates, Pedro, o país era uma enorme caixa de ressonância – não era só a JS”, declarou Manuela Ferreira Leite, dirigindo-se para o presidente da JSD.

“Talvez a vocês não vos diga muito, porque todos já nasceram depois do 25 de Abril, mas a História não se esquece e nós não nos esquecemos do que foi o tempo em que se viveu sem liberdade”, prosseguiu a presidente do PSD.

De acordo com Manuela Ferreira Leite, Portugal vive numa “asfixia democrática de tal forma significativa” que a defesa da liberdade tem de ser uma das bandeiras dos jovens e dos deputados da JSD na Assembleia da República.

Sustentando que o PS endividou o país à custa das gerações mais novas, a presidente do PSD incitou: “Os jovens têm de se manifestar, têm de defender o seu futuro - Fonte e fotos: Lusa

Secretário-Geral acusa Governo de utilização de dinheiros públicos para propaganda eleitoral

O PSD acusou, na segunda-feira o Governo, de ter utilizado dinheiros públicos da empresa RAV para fazer propaganda eleitoral socialista a favor do TGV e anunciou que apresentou queixa desta situação à Comissão Nacional de Eleições (CNE).

Em causa está um folheto de 12 páginas da Rede Ferroviária de Alta Velocidade (RAV) que foi “publicado no sábado em encarte do Jornal de Notícias e no domingo, no Correio da Manhã” e que o Secretário Geral, Marques Guedes, exige - em nome do PSD - que o Governo diga quanto custou.

Em conferência de imprensa, na sede nacional social-democrata, em Lisboa, o secretário-geral do PSD, Luís Marques Guedes, defendeu que a publicação do folheto constituiu uma “clara violação do dever de isenção e neutralidade das entidades públicas durante o período eleitoral”.

“Pôr empresas e dinheiro do Estado ao serviço dos interesses partidários é uma vergonha e uma indignidade. O Governo age como dono das empresas públicas, que não é, e paga a propaganda eleitoral socialista com dinheiro dos contribuintes, que não é seu. Trata-se de uma atitude escandalosa que não pode passar em claro”, declarou o secretário-geral do PSD.

O folheto de 12 páginas da RAV tem na capa o lema “Ouve-se muita coisa” e a pergunta “O que é que você sabe realmente sobre a Alta Velocidade?”.

No interior encontra-se um questionário sobre a necessidade e a vantagem de haver uma linha de TGV Lisboa-Porto, o tempo em que essa linha reduziria a viagem, o preço previsto para os bilhetes, entre outras questões.

Na última página a RAV apresenta as respostas certas às questões colocadas e as respectivas pontuações.

De acordo com o secretário-geral do PSD, trata-se de “pura propaganda partidária em defesa do TGV”, através de “informação manipulada e tendenciosa”.

“Esta atitude não nos surpreende totalmente porque vem um pouco na linha daquilo que é a utilização do aparelho do Estado como máquina partidária”, referiu.

Luís Marques Guedes criticou também as declarações do ministro das Obras Públicas, Mário Lino, que num acto público em que se encontrava na sua qualidade de Ministro, ter derivado para a propaganda eleitoral, tecendo considerações muito críticas ao programa eleitoral do PSD.

As declarações do Ministro foram proferidas no sábado passado, durante a inauguração do prolongamento da Linha Vermelha do Metro de Lisboa, a que presidiu na sua qualidade de Ministro.



Segundo Marques Guedes, Mário Lino não deveria estar “enquanto ministro a envolver-se directamente na pugna eleitoral, atacando directamente as posições PSD”, porque “os contendores eleitorais são os partidos políticos, não são nem as autoridades públicas, nem as empresas públicas e muito menos é tolerável a utilização de dinheiros dos contribuintes para pagar propaganda partidária”, rematou.

O texto integral da declaração de Marques Guedes

«O Governo decidiu, este fim-de-semana, gastar dinheiros públicos numa acção de pura propaganda partidária em defesa do TGV.

Numa atitude inaceitável em democracia, uma empresa tutelada pelo Governo gastou milhares de euros dos contribuintes num caderno de 12 páginas, com informação manipulada e tendenciosa sobre o TGV, distribuído sob a forma de encarte em jornais de circulação nacional.

É inadmissível que uma acção deste tipo tenha a chancela do Governo e, mais grave, ocorra em pleno período do arranque da campanha para as eleições legislativas.

Pôr empresas e dinheiro do Estado ao serviço dos interesses partidários é uma vergonha e uma indignidade.

O Governo age como dono das empresas públicas – que não é -, e paga a propaganda eleitoral socialista com dinheiro dos contribuintes – que não é seu!

Trata-se de uma atitude escandalosa que não pode passar em claro.

O PSD entregou hoje uma queixa à Comissão Nacional de Eleições, para que seja devidamente punida esta clara violação do dever de isenção e neutralidade das entidades públicas em período eleitoral.

E através do nosso Grupo Parlamentar, exigimos do Governo a informação exacta da dimensão dos custos e do dinheiro dos contribuintes desviados para esta iniciativa de propaganda.» - Fontes: Gab. PSD e Lusa

Mais um sucesso de trabalho, aprendizagem e convívio

Uma centena de jovens viveu, na semana passada, em Castelo de Vide, um curso de verão intensivo, na já habitual «Universidade de Verão do PSD», que este ano teve, no “corpo docente” - além de outros - três antigos líderes sociais-democratas, Marques Mendes, Santana Lopes e Marcelo Rebelo de Sousa.

No encerramento da Universidade, falou, para os alunos, para o PSD e para Portugal, a actual líder do PSD, Manuela Ferreira Leite, no que foi, na realidade o momento de ‘rentrée’ política do partido.

Desde a sessão formal de abertura, na qual o presidente do Instituto Francisco Sá Carneiro, Alexandre Relvas, fez uma intervenção, do euro deputado Carlos Coelho, e do presidente do JSD, Pedro Rodrigues, até ao último dia, desenrolou-se um programa de aulas, debates e intervenções, com presenças como as do Vice-presidente António Borges (“Porque precisamos de uma nova política económica”), Luís Marques Mendes, Paulo Rangel, Suzana Toscano, Rui Rio, Paula Teixeira da Cruz, Marcelo Rebelo de Sousa (“Ser social-democrata no século XXI”) e Pedro Santana Lopes.

Manuela Ferreira Leite, que três dias antes tinha apresentado o Programa eleitoral do PSD, elaborou algumas ideias básicas sobre o momento político presente, lembrando que O Governo criou uma gigantesca máquina em que se apoiou para iludir e ocultar os fracos efeitos da sua acção política, que terminamos uma «uma legislatura dominada pela prepotência de uma maioria absoluta», tendo sido o PSD o primeiro partido político a detectar e a revoltar-se contra o clima de asfixia democrática e ainda que «Os portugueses estão ressentidos por ver desperdiçados em grande parte os sacrifícios que lhes foram pedidos»

Para Carlos Coelho, a quase coincidência de datas entre a apresentação do Programa e o encerramento, não retirou impacto à Universidade de Verão do PSD. “No actual momento político não há nada que retire o impacto àquilo que a presidente do partido quis dizer no encerramento da Universidade de Verão, ela foi ouvida não apenas pelos jovens lá estavam, mas por todos os portugueses, não tenho dúvidas sobre isso”, afirmou em declarações à Lusa.

Quanto aos jantares-conferência, que obedecem a uma lógica de pergunta-resposta, Carlos Coelho garantiu que não houve qualquer “censura”.

“Começaram todos com perguntas minhas, e eu não censuro as perguntas que possam ocorrer por parte dos participantes”, garantiu.

A Universidade de Verão do PSD acolheu cem jovens, divididos em dez grupos de dez, cuja média etária está este ano um pouco abaixo do 23 anos, sendo que quase 40 por cento são mulheres.

Este ano foi também possível apresentar a candidatura à Universidade de Verão via You Tube.



Sessão formal de abertura

Na mesa estavam Carlos Coelho (Director da UV), Alexandre Relvas (Presidente Instituto Sá Carneiro), Pedro Rodrigues (Presidente JSD), Matos Rosa (Secretário-Geral Adjunto PSD), Duarte Marques (Director adjunto da UV) e Joana Barata Lopes (em representação dos conselheiros). Dirigia-se aos alunos Paulo Pinheiro, aluno da UV2008 e Conselheiro na UV2009. Dá o mote para o vídeo de boas vindas falando da sua experiência enquanto aluno com o lema “Divirtam-se aprendendo”.

Carlos Coelho iniciou a sua mensagem apresentando as cinco regras da UV (Ter vontade; Querer saber mais; Ser pontual; Ser solidário; Ser construtivo), conduzindo-nos de seguida por uma viagem pela UV interactiva: Intranet, JUV, “youjuv”, perguntas/sugestões/achei curioso, revista de imprensa, UVTV. Carlos Coelho conclui com um conselho “Quando passamos na nossa vida deixamos pegadas (...). A diferença entre a boa pegada e a má pegada é a forma como fazemos política.”

De seguida o Presidente da JSD tomou a palavra, com duas mensagens muito fortes: “a formação é para ser levada a sério”; “liderar um Portugal que não se resigna”. Salienta a diferença entre a JS\PS e a JSD\PSD: enquanto estes apostam na formação, no debate de ideias, no enriquecimento dos jovens, os outros apostam na “política festiva”, em “dar música aos portugueses”, o que já vêm fazendo ao país há quatro anos e meio.

O Presidente do Instituto Francisco Sá Carneiro trouxe um outro tom à sessão: levou-nos à importância das pessoas e de experiências de vida diversas na política, à função do Estado, à nobreza da política, à grave questão social particularmente no que toca ao desemprego jovem. “Vale a pena ter ambição, vale a pena lutar por Portugal. É tempo de um novo tempo”.

Continuou, salientando as diferenças entre PS e PSD, a centralidade da família

na agenda do PSD, a necessidade de um novo contrato intergeracional. Conclui referindo-se ao trabalho feito pelo Instituto Sá Carneiro, chamando atenção particular ao espaço 2020 no site, apelando também à participação no blogue Novas Políticas.

A Sessão conclui-se com a apresentação dos Conselheiros da UV2009 aos alunos e a entrega dos estandartes aos grupos pela mão de Matos Rosa.

Jantar-conferência com Marques



Mendes

O encontro prometia: Marques Mendes saiu da política activa há dois anos. Aproveitou este tempo para escrever um livro com propostas para o país – “Mudar de Vida” – e tem feito algumas intervenções esporádicas, sempre guiado pela mesma batuta: credibilização e moralização da política.

O Director da UV dá o tiro de partida: “o que de concreto se pode fazer para melhorar a qualidade da democracia portuguesa?” Marques Mendes não se acanhou, elencando e desenvolvendo aquilo a que ele chama os cinco pecados capitais que conduzem ao descrédito da actividade política: falta de solidariedade;

falta de liberdade de escolha; crise da justiça; incongruências do sistema político; falta de ética na vida política.

“Não são precisas leis para mudar tudo isto”, disse o orador desta noite. “Nós temos a obrigação de sermos diferentes e de ter a coragem de sermos diferentes”. Na sua opinião, o problema não é falta de causas no nosso país, “o problema é falta de vontade política”.

Seguiu-se a fase de perguntas dos grupos, que se centraram em temas inevitavelmente associados ao seu percurso político: mérito e verdade na política, reformas estruturais, combate ao clientelismo, à cunha e ao tráfico de interesses, hipocrisia dos políticos, entendimentos entre os dois partidos com vocação de governo. Uma noite que decorreu em ambiente familiar, como se prevê quando se conta com a presença de um antigo líder do partido.

Porque precisamos de uma nova política económica

António Borges mostrou ao que vinha logo de início: entrou no tema de forma desabrida e directa, sem paninhos quentes. “A nível de política económica há no nosso país uma enorme confusão. (...) O nosso País tem problemas de tal

maneira sérios que é possível colocar a pergunta haverá recuperação possível? Ou mudamos rapidamente de rumo ou esta ameaça é bem real.”

O nosso orador apresenta então a actual situação económica portuguesa, num registo muito exigente, colocando a tónica na dívida e déficit externos. O que de mais importante “Portugal tem de perceber neste momento é que tem despesa a mais, e não a menos.” António Borges aponta o dedo ao Primeiro-Ministro, que está convencido de que “tudo o que é investimento é bom para o país”, defendendo que “o País tem de ter cuidado com todo o tostão gasto”, não entrando em delírios despesistas executando “tudo o que aparece”. “Muitos destes investimentos são



até contraproducentes”.

Traçado o cenário, passamos às soluções. Primeiramente fala-se de algo incontornável, de poupança, da situação



mundial. “A política deste governo tem penalizado cada vez mais a poupança.” O estilo de António Borges é, como comentou o aluno UV2009 João Matos via Facebook, “incisivo, acessível e elucidante”. Prova que não veio à UV para uma conversa pacata, mas efectivamente para analisar connosco a situação económica.

Aponta-se a principal questão: como tornar os portugueses mais produtivos, mais competitivos? Para o nosso Professor, primeiro há que cair na conta de que há duas economias em Portugal, “a das PME’s que está num estado miserável e a das empresas protegidas, com uma rentabilidade elevadíssima”. Mais avisa que para descer o IRC de forma a “dar mais dinheiro a quem já tem muito, não contem connosco. Descer de forma a ajudar quem está em dificuldades, isso sim”.

Qual o ponto mais dramático? Um país “parado, estagnado, em que não há produtividade.” Duas preocupações terão de nos guiar: grande rigor nos gastos do dinheiro, em todos os tostões públicos; prioridade total à sobrevivência, eficácia e produtividade das nossas empresas.

Entramos na parte das perguntas dos nossos grupos, onde muitos foram os temas lançados para a mesa, do aproveitamento da nossa ZEE às políticas de bónus das empresas, endividamento, papel do Estado e da CGD, criação de um conselho supra-partidário, política monetária, passando por conselhos económicos a jovens empresários ou ao novo ministro da Economia.

Um longo aplauso assinala o fim da aula de António Borges, que pontua uma prestação ímpar com um momento de humor: “Obrigado pelo vosso interesse e por, ao contrário dos meus receios, não ver ninguém a dormir a sesta.”

A lição de Miguel Monjardino

5 minutos antes da hora e já toda a gente estava no seu lugar. Às 09h57s começa a primeira aula da UV2009, com a exposição do Dr. Miguel Monjardino “Tensões, conflitos e riscos no Mundo”.

O nosso primeiro orador é um contador de histórias: para nos transmitir o seu conhecimento, ele cria a atmosfera necessária à atenção, ao envolvimento

do aluno. O pontapé de saída foi dado com uma história do seu tempo de serviço militar, para que todos fiquemos conscientes de que a mudança não se

constrói com facilidade, que “será penosa”, e que nós temos de estar disponíveis a sermos “agentes de uma mudança que não conseguiremos controlar”. “Vocês são a geração da mudança”.

Miguel Monjardino não só apresenta a sua visão, mas também ausculta os participantes desta UV, interpelando-os directamente: “o que vos preocupa no mundo?”. A UV responde-lhe: os problemas sociais, a interdependência e interligação, o egocentrismo, a pobreza extrema, a indiferença, o que denota uma profunda consciência global nesta UV2009. Surge nova pergunta: “sentem-se optimistas ou pessimistas?”. Dois terços da nossa UV encara o mundo com optimismo. Ainda bem. Pois como disse o UV2006 José Pedro Salgado “Quem faz o futuro seremos nós. Se estivermos pessimistas, não é grande sinal.”

“Nós vivemos muito bem e apesar disso sentimo-nos mal. As pessoas vêm do resto do mundo à nossa procura e da nossa vida, e nós temos medo, sentimo-nos angustiados, não nos sentimos satisfeitos” diz-nos Miguel Monjardino. “Não sabemos muito bem como nos vamos manter na crista da onda. (...) a mudança implica sempre incerteza em relação ao futuro”. Mas o nosso orador tem uma certeza: “Um Portugal mais aberto ao mundo implica melhor educação e criação de produto de valor acrescentado”.

Deixa-nos um alerta: “Para serem os agentes da mudança têm de perceber o que é que a palavra implica, e ninguém vos garante que a mudança que construíam seja a mudança que querem”. E incita-nos a descobrir John Boyd, particularmente uma oração sua chamada “To be or to do?”. O que queremos da vida?

Entramos de seguida no momento das perguntas dos grupos, tendo tempo no seu final para ouvirmos via mail perguntas de dois alunos de edições anteriores que assistiram à aula através da emissão online e também, graças à boa administração do tempo, de perguntas de alunos UV2009 mais voluntariosos. África, mundo pós-11 Setembro, recursos, religião, Guantanamo, conflito inter-geracional, tudo temas colocados em cima da mesa.

A aula termina com uma sugestão musical de Miguel Monjardino: Extraor-

dinary Machine por Fiona Apple. O nosso orador despede-se dizendo-nos: “Não vos peço que sejam uma extraordinary machines, mas que sejam extraordinary people”.

Suzana Toscano abriu e uma perspectiva histórica da Administração Pública nos últimos 30 anos

Reformar o Estado sem hostilizar os que nele trabalham é possível, compreendendo a sua evolução, a história e o trabalho que se lhes exige. Para reforçar esse ponto, Suzana Toscano abriu o jantar apresentando uma perspectiva histórica da Administração Pública nos últimos 30 anos. “Não vale a pena vir aqui com frases feitas ou preconceitos, não conseguimos reformar sem conhecer”. “Como em qualquer ramo do saber”, diz a nossa convidada, “quanto mais sabemos mais nos apercebemos o que nos falta saber”.

A discussão teria de começar inevitavelmente sobre as funções que hoje se esperam do Estado, alertando a nossa oradora que “discussão em torno do tamanho e funções do Estado não é uma questão técnica, é uma questão ideológica”. Há “critérios de avaliação do interesse público: solidariedade nacional,

cidadãos que não se interessam pela causa pública não merecem ser atenienses”), e despede-se de nós com uma ideia forte: “é na nossa cabeça que as coisas têm de funcionar, e não na lei. Há limites muito mais imperiosos que os da lei”.

Macário Correia: melhor ambiente, cidades saudáveis

O ambiente é um tema incontornável e marca presença em todas as edições da UV. Este ano decidiu-se dar uma nova tónica: até hoje, a perspectiva apresentada foi “consciência global”; este ano, convidámos Macário Correia para apresentar o ambiente como uma causa global de acção local.

“A terra onde vivemos não nos pertence: pedimo-la emprestada aos nossos filhos”. Foi com esta afirmação que o candidato à Câmara de Faro lança o tema, guiando-nos pelos pontos incontornáveis: a criação do movimento ambientalista com a conferência de Estocolmo em 1972, a definição de desenvolvimento sustentável apresentada no Relatório Brundtland (1987), a implementação do conceito citado na década de 90. Nos momentos em que vivemos, dá-se a revisão da agenda, implementado-se a consciência de que o ambiente é uma



continuidade e coesão nacional, estabilidade e neutralidade” e é da “essência da função pública a lealdade, a isenção e transparência”.

Em relação a privatizações ou delegação de competências, Suzana Toscano é muito clara afirmando-se firmemente contra o preconceito “está mal, privatize-se”: “devemos privatizar, não por desistência, mas por acreditarmos que os privados podem providenciar melhor serviço”.

Suzana Toscano tinha aberto o jantar-conferência citando Péricles (“os

preocupação transversal a todas as áreas, e não específica de determinado sector.

A interdependência é factor incontornável, pois “a água do mar não conhece fronteiras: um derrame no mar afecta vários países”; a água dos rios não conhece fronteiras: a sua poluição afecta várias nações”. “É este contexto global que tem de se ter em conta, que tem de ser objecto de tratados e acordos internacionais”.

Em Portugal é com a criação da primeira Lei de Bases em 1987 que damos os primeiros passos significativos, e “o despertar dá-se em 1990 quando se cria o Ministério do Ambiente”. Mas muito há



para fazer inclusive medidas tão simples como a protecção das habitações à beira da auto-estrada da poluição sonora: “preferia que se usassem mais barreiras vegetais do que aqueles acrílicos que entaipam os limites das nossas auto-estradas”.

Da tónica estadual passamos para a tónica pessoal, a alteração dos nossos comportamentos, pois “não basta que as pessoas saibam o que fazer. É necessário que façam.” As pessoas não querem poluir, “mas têm descoordenação motora, um problema na mão que faz com que deixem cair um bocado do gelado, a garrafa, o maço de tabaco... quando as coisas não vão parar sozinhas ao contentor, acabam a boiar no mar”. Mas não é só nas praias que se pode ver isso, “a berma da estrada é o espelho do comportamento cívico das pessoas”.

“O Estado não tem de fazer tudo, mas deve ter o papel de implementar, aprofundar e enriquecer as escolas”. Diz Macário Correia que muito depende da forma como nos colocamos perante certas práticas: “a exigência dos consumidores é fundamental para a melhoria da qualidade”. Temos que ser mais exigentes.

Falámos então de cidades, em que as considerações lançadas foram muitas, com enfoque particular na gestão do território: “ao mesmo tempo que a área urbanizável cresce, devemos também preocupar-nos em alimentar os cachos existentes”. “Uma Câmara não se pode demitir de ser gestora do seu território”. Salienta o grave problema de envelhecimento nos centros históricos das cidades, pois “trazer jovens para os cachos urbanos é fundamental”: “há freguesias em Lisboa em que não se consegue ouvir um bebé chorar”. E também o desajuste na organização administrativa: “Do Marquês ao Terreiro do Paço há onze freguesias. (...) Fará sentido, quarteirão após quarteirão, termos o custo de um Presidente e secretaria sempre aberta?”

Dirigindo-se à inquietação do desenvolvimento versus ambiente, Macário Correia deixa-nos um conselho: “eu julgo que é sempre preferível usarmos o que a natureza nos dá. Quando a natureza não dos dá, temos que ponderar bem os custos e os benefícios de uma intervenção”.

Paulo Rangel e “O estado do Estado”

As expectativas eram elevadas: Paulo Rangel afirmou-se, no último ano, como

um agente político incontornável. De quinze em quinze dias afirmava-se na AR nos debates com o Primeiro-Ministro; em Maio/Junho foi o rosto mais visível da vitória do PSD nas eleições europeias. O tema estava dentro do tema do seu livro: estado do Estado.

Todos estavam dentro da sala antes da hora, o que permitiu aproveitar ao máximo a presença do eurodeputado. Primeiro uma contextualização: a mudança no mundo. A queda do muro de Berlim e o 11 de Setembro são dois marcos dos últimos vinte anos. “Há uma consciência que emerge do 11-Setembro: ainda não sabíamos quem o tinha feito nem para quê e já sabíamos que ia mudar as nossas vidas”. A incerteza em relação ao futuro volta a marcar presença nas nossas aulas.

De seguida, entramos na natureza do Estado. “O Estado é a coisa mais próxima de Deus que existe: é omnipresente e é invisível, nunca ninguém o viu mas toda a gente acredita nele”. Falar do Estado implica falar de Maquiavel. Paulo Rangel introduz dizendo que “a grande lição do Príncipe é a de que a política é autónoma da ética e a ética é autónoma da política. Anda por aí muita confusão entre o que é o plano político, o plano jurídico e o plano ético”.

Falou-se também da emergência de entidades não-estatais mas com poder: associações de cariz internacional, ONG’s, confissões religiosas, lóbis empresariais. “Muitas multinacionais têm melhores políticos do que qualquer Estado”, salientou Jean Barroca (UV2009) na intervenção de Paulo Rangel, via Facebook. “O Estado deixou de ter o domínio que exercia sobre o seu território (...) as circunscrições territoriais começam a ficar desajustadas. Os Estados ficam reduzidos a Juntas de freguesia e as legislativas a eleições para a Assembleia de Freguesia”. “Nós vivemos naquilo a que eu chamo poliarquia: monarquia é o poder de um só; a poliarquia é o poder de muitos (...) o Estado acaba por ser uma monarquia”.

Termina a sua apresentação do tema com uma sugestão de leitura: “O Cândido”, de Voltaire, de onde retirou a sua palavra final. “Tudo isso está muito bem dito, mas o que é preciso é cultivar o meu jardim”.

Seguiu-se a fase de P&R, que cobriu áreas como défice democrático da UE, o poder dos Estados, Estado Federal Europeu, papel do Presidente da República, ética, regulamentação da actividade

lobística, o paralelo entre os crentes que esperam a intervenção divina e o cidadão em apuros com o Estado. Paulo Rangel não evitou nenhum tema, assumindo com frontalidade as suas posições: “o federalismo é bom porque nos põe no circuito de decisão”. Actualmente tomamos “as mesmas decisões, mas não somos ouvidos no processo”; “é mais importante ter bons costumes que boas leis”; “por trás da lógica TGV está o modelo grego: uma grande metrópole (Atenas) e o resto do território desertificado”.

Paulo Rangel despede-se citando John Locke: “Os reinados dos bons príncipes foram sempre mui perigosos para a liberdade dos seus povos”.

Jantar-conferência com Rui Rio



A última vez que Rui Rio veio à UV estávamos no ano de 2005, que tal como este, também era eleitoral.

Então, dirigiu-se à academia fazendo o balanço do seu primeiro mandato como autarca, de todos os obstáculos que teve de ultrapassar, desde o início da sua campanha. Depois, no mesmo tom de testemunho, o Presidente da CMP começa por apelar à seriedade na campanha: “devemos saber as competências que uma câmara tem antes de estabelecer prioridades de trabalho”.

“A questão social é a mais urgente no Porto, e esta deve ser a primeira das prioridades”, diz-nos o nosso orador, reforçando a situação excepcional no Porto em que a Câmara é proprietária de 20% da habitação da cidade. “De 2001 a 2009 investimos 130 milhões de euros em habitação social, que teriam outra visibilidade se investisse de forma mais mediática”, acrescentando ainda que “no Porto não há aquela coisa do toma lá o dinheiro e chama a comunicação social”. Não podia deixar de salientar a inacção do estado central, dizendo que “não foi, seguramente, o serviço social português que me ajudou”.

Rui Rio centra a sua atenção no trabalho no Porto, usando como exemplo de trabalho de um autarca sem receios de polémicas. “Não vou para a afronta por prazer, vou para a afronta quando alguns interesses instalados pisam a linha. E eu não cedo”. O exemplo do

Rivoli não podia ficar de fora: “estava às moscas e dava três milhões de prejuízo por ano. Passámos a ter o Rivoli cheio e um défice de 500 mil euros: pagamos a manutenção e recebemos 5% da receita. Pouparamos, nos últimos dois anos, dois milhões e meio de euros à CMP. Mas eles é que são bons e são de esquerda, e nós é que somos maus e de direita”. “Não ando aqui para agradar a ninguém, mas para fazer o melhor para a cidade. A minha especialidade não é ganhar sondagens, é ganhar eleições.”

Conclui recordando os seus tempos de “jota” com Carlos Coelho, realçando como desde sempre este se dedicou à área da formação. Deixamo-vos estas duas últimas reflexões: “Não estamos a fazer nada na política se não seguirmos os princípios que guiam a nossa acção, seja

no governo, seja na mais pequena autarquia”; “se nós, todos nós, tivermos isso [combate às assimetrias regionais] como deliberação genuína, talvez consigamos reequilibrar o país.”

Jantar-conferência com Pedro Santana Lopes

Carlos Coelho apresenta Santana Lopes e lança o primeiro desafio, instando o nosso orador a manifestar-se sobre a preparação do povo português para apreender a mensagem de mudança que Manuela Ferreira Leite e Pedro Santana Lopes simbolizam para os governos da República e da Câmara Municipal de Lisboa. Santana Lopes foi categórico ao dizer que as diferenças estão bem firmadas, que não restam dúvidas que há escolhas claras a fazer nas eleições que se avizinham, e que se espera dos “social-democratas que façam depois das eleições aquilo que prometeram antes”. “Aquilo que é essencial é gerir bem e colocar a coisa pública ao serviço das pessoas”.

Posto isto, entramos no tema poder local, em particular a questão de Lisboa. “A nossa democracia está imperfeita. Está cada vez mais imperfeita e tem continuado a degradar-se nos últimos anos.” Diz-nos que as pessoas sabem distinguir entre quem se entrega a uma causa e quem vai para uma câmara para fazer um favor ao partido. Para além disso, esse facto também se reflecte no trabalho e gestão





da cidade. “Um Presidente de Câmara tem de ter paixão para fazer o que faz”.

“Juntamente com a requalificação dos bairros sociais, o repovoamento da cidade é a prioridade primeira”. Questionado sobre o trabalho de António Costa, responde que “nós não atiramos fora o trabalho feito pelos nossos antecessores. Nós respeitamos o seu trabalho e tentamos aproveitar aquilo que está feito”. “Volto porque tenho um projecto em que acredito, que ninguém terminou, e acredito que ele é bom para Lisboa”. “Espero que em 2020, Lisboa seja uma cidade europeia. Com isto quero dizer que espero que seja uma cidade equilibrada, bonita, em que aproveitemos as águas da chuva, painéis solares, com edificação energeticamente auto-sustentável, com espaços verdes em cada bairro, sem barreiras arquitectónicas para que o cidadão com dificuldades motoras não se veja impedido de entrar em casa, integrada na Rede Área Metropolitana de Transportes”.

Pedro Santana Lopes deixou muitos conselhos. Desses destacamos: “é um caminho curto, fazer política com base em gestos fáceis”; “há várias formas de terrorismo, e levar as pessoas a deixarem de acreditar na acção política é uma forma de terrorismo”; “o segredo da sobrevivência é nunca nos impressionarmos com os tempos de sucesso (...) quando virem pessoas a admirarem-vos muito, não liguem. Passa-lhes num instante”; “a vida são vitórias e derrotas. Quem pensa que ganha sempre está iludido; quem pensa que perde sempre, precisa de ajuda porque está enganado”.

Marcelo: «Ser social-democrata no século XXI»

Foi com comentário político que Marcelo Rebelo de Sousa começou a aula. Em três breves notas, dissecou os principais factos políticos no último mês: a polémica das listas (“um mês depois de encerradas as listas, é uma questão que não merece que se regresse a ela”); as escutas em Belém (“o Presidente da República, em duas palavras, disse isto: não me misturem nas lutas pré eleitorais; não se brinque com coisas sérias”); o programa do PSD (“é inteligente e eficaz! Por três razões: tem como prioridades as preocupações que arrelham os portugueses; nas políticas concretas vai de encontro às aspirações de uma série de sectores; é um programa para duas eleições, e não para uma”).

De seguida, atira-se ao tema da nossa aula: “Há na Europa um espaço para a social-democracia, mas uma social-democracia baseada em valores, baseada em princípios (...) e o primeiro desses princípios é a dignidade da vida humana”. Para reforçar a sua visão, recorre à Encíclica “Caridade na Verdade”, que é “muito avançada e radical em termos económicos, sociais e de visão do mundo.” Há que considerar a pessoa como “um fim em si mesmo”.

Seguindo a linha da preocupação social, Marcelo Rebelo de Sousa afirma que “um social-democrata tem de ter uma especial atenção à inclusão social. Sem inclusão social os direitos são teóricos. (...) Um social-democrata não pode ser indiferente à importância dos direitos económicos, sociais e culturais.”

Indo à fundação do Partido, o Professor admite que “a social-democracia em Portugal nasceu de uma forma diferente, mas que tem a mesma matriz: personalista.” “O PSD tem o mérito de dar rosto à social-democracia em Portugal”.

Falando do momento político actual, lembrou que o programa para as eleições que foi apresentado pela líder do partido, Manuela Ferreira Leite, na quinta-feira tem como “prioridades praticamente todas as questões que preocupam os portugueses”: a economia, a sociedade, a saúde, a educação, a justiça e a segurança.

“É preciso ter muita imaginação para encontrar outras matérias que preocupem tanto os portugueses quanto estas”, enfatizou.

Além disso, defendeu ainda Marcelo Rebelo de Sousa, é um programa “inclusivo” porque, nas políticas concretas, vai ao encontro das “reivindicações e protestos de um grande número de sectores sócio-profissionais”.

O antigo líder do PSD caracterizou ainda o programa do PSD como “um compromisso entre um modelo que rompa com aquilo que existe e com a situação de crise em que vive o país”, na medida em que tem alguns traços que apontam para um distanciamento do modelo do PS, mas não ignora a situação de Portugal.

Mostrando-se bastante optimista quanto aos resultados das eleições de 27 de Setembro, Marcelo Rebelo de

Marcelo Rebelo de Sousa, que interpretou esta a alteração como “uma prova de fraqueza política de quem joga a defesa, numa matéria que não é irrelevante”.

Sobre o futuro, Marcelo Rebelo de Sousa diz que “se pudesse escolher dois desafios, um seria a educação e formação e outro a Lusofonia”. “O desafio dos jovens sociais-democratas é serem os primeiros: uma juventude partidária está vocacionada, essencialmente, para a idade escolar. Uma juventude tem de dar eco a pessoas cada vez mais importantes que estão no mundo laboral, que estão nas redes sociais” /.../ “Os partidos em Portugal estão perante o perigo do esvaziamento do debate de ideias (...) temos de evitar o eleitoralismo e a gestão do poder pela gestão do poder”.

“O partido precisa de mudar, mais gente, mais ideias, mais actividade, mais intervenção”. Este é o ónus dos jovens social-democratas! - terminou.

Jantar-Conferência com Paula Teixeira da Cruz

“Não se deve criticar sem apresentar alternativas”. É por isso mesmo que Paula Teixeira da Cruz terminou a sua palestra de abertura com dezassete propostas para reformar o sistema judicial português. Não surpreende ninguém que a justiça fosse tema nesta UV, fosse pelos últimos tempos, fosse pela definição de Platão



Sousa recordou os percursos seguido por outras experiências de Governo social-democrata, considerando que se está próximo do percurso das experiências de Governo de Sá Carneiro e Cavaco Silva, que foram “amadurecidas, preparadas” e permitiram “uma governação estável”.

Pelo contrário, lembrou, com Durão Barroso aconteceu “o efeito surpresa” devido à demissão de António Guterres e quando ainda existia uma “preparação limitada e insuficiente”.

“Estamos mais próximos circunstâncias que rodearam a subida ao poder de Sá Carneiro e Cavaco Silva”, apontou, adiantando que pode e deverá acontecer que daqui a 29 dias “o PSD seja novamente Governo de Portugal”.

A decisão do primeiro-ministro, José Sócrates, ter aceitado os frente-a-frente com os seus adversários nas legislativas depois de ter recusado inicialmente o modelo, mereceu igualmente uma nota de

com que a oradora desta noite nos apresentou: a justiça é a “saúde do estado”.

Antes porém, um tema que muitos dos nossos convidados focaram este ano: ética e política. “Em filosofia, ética quer dizer o que é bom para o indivíduo e para a sociedade. Como é que é possível que se possa separar ética da política?” “A política é servir a causa pública e quem não está na política para servir não está aqui a fazer nada”.

De seguida, Paula Teixeira da Cruz focou a sua atenção na prestação do governo: “não há nenhuma iniciativa deste governo ao nível do sistema judicial que não vise enfraquecer o Ministério Público”. “Sempre que temos um governo sob suspeita, a tentação de interferir no sistema de justiça é enorme (...) não é o governo que deve definir as prioridades do sistema de justiça: o crime mais grave é o prioritário”.





Terminamos com algumas das propostas da nossa convidada para a justiça: redefinir a organização judiciária; consolidação dos principais códigos; redefinir o mapa judiciário; criação de jurisdições especializadas face à complexidade e especialização do ordenamento jurídico; formação dos operadores judiciários; capitação de processos por magistrados; revisão do regime acesso ao Direito com contratação e responsabilização; revisão do código das custas; reorganização dos Conselhos Superiores de Magistratura, Tribunais Administrativos e Fiscais e do Ministério Público; alteração dos regimes de afectação e classificação das magistraturas; reforço do regime de responsabilidade de todos os operadores judiciários; revisão dos estatutos dos magistrados e revisão do regime de selecção de peritos.

O encerramento da UV-2009

As UV's encerram-se com a entrega dos diplomas aos alunos do ano anterior pela Presidente do Partido. Antes disso, porém, o Director da UV, o Presidente da JSD e a Presidente do PSD dirigem-se à Academia e ao País, naquela que é a rentrée oficial do Partido Social Democrata.

Carlos Coelho é o primeiro a discursar: "Somos a única família política que durante uma semana tem 100 jovens a discutir temas ligados à economia, à ciência política, às questões sociais. (...) 100 jovens deram ao país um grande exemplo: provas de rigor, de capacidade e de criatividade. Esta UV deve-se a vocês". "Não vamos perder o contacto. Vamos abrir hoje a oportunidade de continuarmos a trocar ideias com a Rede UV". O Director da Universidade de Verão conclui com

um voto: a de querer Manuela Ferreira Leite no encerramento da UV'2010, "não apenas como Presidente do PSD, mas como Primeiro-Ministro de Portugal".

O Presidente da JSD toma a palavra dirigindo-se aos participantes deste ano: "Vocês abdicaram de uma semana das vossas férias para estar aqui a discutir e a reflectir sobre as políticas do nosso País. É isso que nos distingue da JS, que decidiu fazer uma festa na praia". "Para nós, a formação política não é acessório, é essencial ao trabalho de uma juventude partidária". Falando de Portugal, diz que "precisamos de pessoas em Portugal a pensar e a fazer de maneira diferente", e os participantes da UV2009 passam agora "a ser actores com outra responsabilidade."

"Estamos cansados de governos de propaganda, que governam para fazer figura lá fora". "Não foram os jovens por-

tugueses que se afastaram dos políticos, foram os políticos que se afastaram dos jovens portugueses" diz-nos Pedro Rodrigues. "Temos de ser exigentes connosco próprios, (...) temos que fazer sempre o melhor, não pelo PSD nem pela JSD, mas pelo futuro de Portugal e da juventude portuguesa."

Após o discurso de Pedro Rodrigues, toma a palavra Manuela Ferreira Leite, (Nota: Texto integral em "Actividades da Presidência, neste número do PL) que começa falando da UV, que "é já um símbolo do PSD, uma iniciativa de cariz partidário, mas que não é uma acção sectária". "A formação cívica e política prepara para uma intervenção na sociedade, seja qual for a área de intervenção".

Indo ao País, a Presidente do PSD apresenta a sua análise: "Estamos a chegar ao fim de uma legislatura que não soube aproveitar as extraordinárias condições para governar", em que "a crispação social só teve paralelo na arrogância do governo, insistindo nas políticas erradas". "O Estado tornou-se uma máquina insustentável ao serviço daqueles que o governam e dominam". "Chegamos ao fim desta legislatura com o sabor amargo de oportunidade perdida, (...) com os portugueses ressentidos por verem desperdiçado, em grande parte, o esforço que lhes foi pedido".

Manuela Ferreira Leite dá-nos então a sua visão: "dar a cara com franqueza e coragem, em contraste com a mistificação, com o que parece mas não é". "Não é com enganos que se combatem as espertezas, mas com profunda consciência da dificuldade que nos esperam". "Apresentamo-nos ao País com uma visão realista, porque sabemos que quem promete tudo não sabe o que vai fazer". "Portugal precisa de ânimo, de entusiasmo e confiança. Mais que ganhar eleições, temos que ganhar o País." - Do nosso Correspondente





Malagrida encarnado...

J. Pacheco Pereira (*)

O precedente português (embora fosse italiano) de Louçã é o padre jesuíta Gabriel Malagrida. O jesuíta tinha fama de santo e conheceu altos e baixos na sua carreira de pregador entre Portugal e o Brasil, entre um rei e outro. Só quando chegou ao Marquês é que tudo acabou mal: na fogueira. Malagrida notabilizou-se por um texto que escreveu sobre o terramoto de 1755, em resposta a um panfleto explicativo das causas naturais do fenómeno, (encomendado pelo Marquês que era homem das Luzes).

Anote-se desde já, que não foi esse texto que motivou a sua execução, apenas o seu desterro, mas sim outros escritos considerados de “lesa-majestade”.

Hoje, um Malagrida moderno teria muitos votos pelas suas pregações, se em vez do terramoto, se tratasse de “explicar” a “crise”. E, em vez do cada-falso, teria o prime-time da televisão, onde os jornalistas babados pela sua oratória lhe dão o papel ímpar de ser o julgador moral do PS e do PSD. Ele não está lá no ecrã para dizer o que pretende o Bloco de Esquerda, mas sim para, sempre com os mesmos trejeitos, flamejar de ameaças os infames que causaram o tremor de terra. Por trejeitos, refiro-me a capacidade histrionica de Louçã de conseguir, não só falar, como sublinhar com um traço facial e uma inflexão de voz, as suas próprias palavras, não vá a gente não as perceber.

Também Malagrida apelava a ideias simples, embora erradas, a fês que não se questionam, a medos comuns, aos traumatizados pelo desastre e aos crédulos de sempre, aos zangados pela vida e aos que esperam por milagres, acima de tudo aos que procuram em tempos difíceis uma ilusão a que se agarrar, porque o real é demasiado pobre e fraco e mau.



Malagrida propunha-lhes práticas salvíficas e imediatas, procissões e devoções. O mundo de Malagrida era simples e os maus e os bons estavam separados por um abismo fundo. Os maus mandavam na terra e os bons sabiam como se ia para o Céu. Os maus propunham “causas naturais” para os desastres para iludir a sua responsabilidade, os bons acreditavam que um Deus ferroz tinha que ser aplacado na sua vingança, pela restituição das coisas mundanas a uma “ordem natural” que tinha sido rompida pela incredulidade.

Para Malagrida, as causas do terramoto eram divinas:

«Sabe Lisboa, que os únicos destruidores de tantas casas e palácios, assoladores de tantos templos e conventos, homicidas de tantos habitantes, os incêndios devoradores de tantos tesouros não são cometas, não são estrelas, não são vapores ou exalações, não são fenómenos, não são contingências ou causas naturais, mas são unicamente os nossos intoleráveis pecados.»

O discurso de Louçã tem a mesma lógica do de Malagrida. O mal, os “intoleráveis pecados”, é uma coisa a que ele chama de “ganância” dos ricos e poderosos, ou seja, o capitalismo, embora ele prefira a classificação moral à política, porque esta última podia ser muito reveladora na sua genealogia. Para restaurar a Jerusalém divina, é necessário que se entre no reino da “Justiça”, ou seja, da igualdade, da solidariedade, onde todos os homens são felizes. Quem é que ousa contestar a “justiça”? Só os maus. Quem é que ousa questionar a ira divina? Só os ímpios.

A experiência histórica tem precedentes para estas palavras de Louçã. Elas só são novas porque a memória é muito curta. É que, se as tomarmos como elas são, desnudadas da sua ganga retórica, trata-se de um discurso de extrema-esquerda, assente numa visão comunista da sociedade, onde há um brutal intervalo entre a “justiça” exigida e a “justiça” realizada. Esse intervalo é o de uma sociedade totalitária, de uma ditadura do Bem sobre o Mal. Malagrida perceberia muito bem este mundo. - (*) Professor Universitário, Escritor, Comentador Político © JPP, Abrupto

Em tempo: Mário Soares e as mulheres que o afrontam

Quem ler o que Mário Soares escreveu sobre a entrevista de Manuela Ferreira Leite e tenha memória, toca-lhe no cérebro um sininho: onde é que eu já ouvi isto?

Ouvi, ouvi! Quando Mário Soares diz que Manuela Ferreira Leite é de “uma banalidade que, algumas vezes, roçou o patético”, eu lembrei-me de Nicole Fontaine, opositora de Mário Soares na eleição para a Presidência do Parlamento Europeu, que ele tratou de “dona de casa” com enorme arrogância. Agora com Manuela Ferreira Leite, acrescenta a sugestão da bruxa, um estereótipo feminino que também encaixa na “dona de casa”. Disse Soares que tinha “um olhar de mazinha ao canto do olho, que me surpreendeu...” Está visto que vai continuar a surpreender-se. Madame Fontaine ganhou-lhe a eleição com enorme distância, e Manuela Ferreira Leite ganhou as europeias contra o “invencível” Sócrates.

- JPP





TGV: um elefante branco, devorador de recursos?

A propósito da discordância sobre o TGV entre a Presidente do PSD e Soares Franco, hoje passada na TV: o problema do TGV não se centra nos benefícios a curto prazo - que os há - para as OP (e subsequentes empreiteiros e sub-empreiteiros), bancos, desemprego, Segurança Social, etc., sem esquecer a projecção de modernidade do País, na Península e na Europa, mas, no custo da exploração da linha, a médio e longo prazo, qual elefante branco devorador futuro e permanente de subsídios do Estado a fundo perdido.

Este, é que é o fundo da questão. O resto é marginal. E não é preciso ser economista para perceber. - Eduardo Matos Guerra

Ferreira Leite vs. Sócrates

Mais uma vez, ao ouvir Manuela Ferreira Leite, me deixei fascinar pela sua presença de contenção elegante, e pela sua voz de discurso não empolado em retórica favorecedora de esperança, como aquela em que temos vivido mergulhados, mas um discurso simples que alerta para o perigo, deixando antever soluções, não mirabolantes mas sensatas.

Em todo o caso, há muito quem a acuse de não ter um discurso político, habituados que estamos ao falazar estentóreo do nosso Primeiro Ministro, que ataca e promete, que promete e não cumpre, e volta a prometer e a mal cumprir e vai adiando o que promete, alguma coisa fazendo - alguma coisa havia de fazer - publicitando o que vai fazendo, em grande alarde, calando o que não fez, ocultando o que fez mal, exagerando o que realizou, na deferência geral do seu vasto círculo apoiante.

Manuela Ferreira Leite apenas afirma, singelamente, que não promete - em

caso de vir a ser governo - nada que não seja exequível. Nem para conquistar votos promete mais do que isso. Tem um discurso modesto, sim, mas a mim parece-me forte e preciso, ao informar sobre o que não fará, ao expor sobre o que fará, certamente que no respeito pelos cidadãos da sua Pátria, e não no espezinhar dos seus direitos.

Não tem em mãos todos os cordelinhos da acção - não é governo - mas, sem empolamento, apresenta dados sobre realizações futuras plausíveis, sobre a forma de recuperar do défice - em função do desenvolvimento económico, com vista ao aumento de exportações - sobre a recusa em continuar políticas económicas suicidárias, quais as dos transportes megalómanos esbanjadores, em opção pelo apoio às pequenas e médias empresas, factores do desenvolvimento económico nacional.

Há muito que sentimos o terror de um futuro sem perspectiva para os que nos seguem na escala do tempo, no buraco cada vez mais fundo e negro de um país a cada hora mais endividado, num mundo que parece todo ele ruir sem sentido, com cada vez mais gente sem emprego, cada vez mais gente na opulência, cada vez mais gente na prevaricação e na fraude, cada vez mais cavado o fosso entre ricos e pobres...

Quando ouvimos Sócrates, sentimos - desde sempre - o calor da confiança, na convicção altissonante das suas realizações. Mas a pouco e pouco fomos duvidando. Porque, em vez de responder, ataca, em vez de citar, acusa. E quando, em via de eleições, acentua as suas realizações, é na base da megalomania, na presunção de uma grande obra feita. Mas a grande obra não correspondeu à promessa, porque, como diz Ferreira Leite,



não foi assente num estudo prévio. Prometeu 150.000 postos de trabalho - podia ter prometido menos, podia ter prometido mais. Não disse como.

É a adivinha da meia: "Uma meia, meia feita, outra meia por fazer, diga lá minha menina, quantas meias vêm a ser?" Sócrates também só fez meia meia e não se espera que acabe o par. Porque na meia meia gastou o novelo inteiro.

Não é o único culpado, sabemo-lo

bem. Nós todos somos culpados. Somos chorões, pedinchões, trapalhões, não temos muitas vezes adequadas formações, muitos de nós somos burlões.

Por isso, não podemos esperar muito de Ferreira Leite. No seu círculo de apoiantes também haverá muitos da mesma igualha que nós, mas espere-mos que, como ela, sensatos, honestos e determinados, também haja, além de competentes. - Berta Brás

Por este andar, posso triunfar em qualquer lado...menos na minha Terra!

Tenho 28 anos. Desde os 18 anos que voto PSD. Faço-o, não pelas pessoas que vão e vêm, mas pela integridade que, desde criança, reconhecí neste partido.

Estou a terminar o meu doutoramento, na área do controlo de infeções, financiado pela FCT e desenvolvido em parceria no ISCTE e na Universidade de Aberdeen (Escócia).

Muito tem sido dito pelo governo, e dedico-me apenas à minha área de formação que é a saúde, dos planos de contingência para a Gripe A, da equidade existente entre utentes no Serviço Nacional de Saúde e, mais ultimamente, algo que muito me chocou, a infeção ocular que ocorreu no hospital de Sta. Maria.

Como referi a minha tese de doutoramento é totalmente dedicada ao controlo de infeções e visa reduzir não só as infeções nosocomiais, como também construir planos de intervenção eficazes

que actuem quer no sistema de saúde, quer na comunidade.

Para quem não sabe, são os próprios profissionais de saúde que maioritariamente não desenvolvem comportamentos de saúde e segurança adequados, comprometendo deste modo a saúde dos pacientes e causando não só um acréscimo da mortalidade e morbilidade como dos custos económicos associados a mais dias de internamento.

Quando comecei a minha investigação, há 4 anos atrás, apenas um hospital nacional me deu oportunidade de recolher dados. Os restantes, provavelmente pela sua má gestão de controlo de infeções, recusaram o meu contributo.

Devo acrescentar que o meu trabalho é reconhecido internacionalmente, onde tive até a oportunidade de apresentar os meus estudos num congresso nos EUA realizado pelos Centers for Disease Con-

trol, o maior centro mundial de controlo de infeções, com o qual colaboro. Já corri o mundo em congressos.

Em Portugal, o trabalho que faço é desconhecido. E, não deixa de ser engraçado, para mim, ver como é que um governo que patrocina a formação pós-graduada, aumentando inclusivamente o número de bolsas de doutoramento, acaba por estar a financiar, que estes cientistas, como eu, emigrem para qualquer outro país, que não Portugal, onde podemos ver que o nosso trabalho é importante. Onde podemos agir. Temos um governo que apoia e financia a "emigração" de conhecimento científico de excelência.

Não vou aqui comentar o que se passa dentro dos hospitais nacionais no que concerne ao controlo de infeções e erros clínicos. Está tudo na minha tese que em Portugal ninguém vai querer ler. Também

pouco importa que as campanhas que o governo está a construir ao nível do controlo de infeções, seja com a Gripe A ou com a Campanha Nacional de Lavagem de Mãos, vão ter poucos ou nenhuns resultados eficazes, já questionáveis a curto prazo, quanto mais a longo prazo. Isto porque se pegassem na literatura sobre esta temática saberiam que planos deste tipo, mais do que desactualizados levam a lado nenhum. Pouco importa os artigos que tenho submetido para revistas internacionais.

Aqui serei sempre ninguém. Eu e os meus colegas cientistas. O conhecimento científico é uma mais-valia para qualquer país. Como tal, agradeço a este governo o pagamento do meu doutoramento, agradeço ainda que me tenha pago dois prémios de mérito, para que agora, no final, e sem nunca ter tido voz neste país, possa abraçar o reconhecimento do meu



trabalho no estrangeiro e poder contribuir para que a saúde, as infeções hospitalares e os erros clínicos possam ser reduzidos.

Em qualquer lado, menos aqui.

Só posso esperar que o meu partido, o PSD, aquele partido que vejo com integridade possa, um dia, não muito longe, mais do que mudar este país, mostrar que a nossa ciência tem valor e que o lugar dos cientistas nacionais é em Portugal e não nos EUA ou no Reino Unido. Lamento que este país que temos, que há séculos atrás teve a capacidade de conquistar o mundo, seja agora uma ténue sombra das potencialidades que detém. - Esta mensagem foi enviada por MSR (leitora identificada, que é Psicóloga Social e das Organizações/ Assistente de Investigação, Doutoranda em Psicologia Ocupacional (Vertente Controlo de Infeções) pelos CIS/ ISCTE/ Universidade de Aberdeen

Só agora o IFAP pode assinar os projectos do PRODER

Como podem ver pela publicação da Portaria 846/2009 de 6 de Agosto, só agora o nosso governo se lembrou de dar ao IFAP os poderes para assinar os projectos no âmbito do Proder.

Isto equivale a dizer que só agora é que o Proder vai começar a dar dinheiro. Entretanto, estivemos três anos num marasmo em que o sector agrícola agonizou e as actividades agrárias pelejaram. É uma vergonha. Mais vale tarde que nunca, mas esta lei deveria ter 3 anos!!! - João Paulo Pacheco, Engº Agrícola-UTAD 1986

À falta de Medidas positivas, o ME tenta enganar os professores

O Ministério da Educação não tem medidas concretas e positivas para apresentar aos professores em período de campanha eleitoral. Como tal, procura criar expectativas que nunca passarão disso mesmo, para fazer crer que está a corrigir distorções que impôs à carreira docente... mas não está!

Nesse sentido, ordenou aos directores das escolas e agrupamentos que informassem os docentes que se encontra disponível, no site da direcção geral responsável pelos aspectos burocráticos, o formulário de candidatura e upload do trabalho para apresentação da prova de acesso a professor titular.

Desde logo, é uma vergonha que o Ministério da Educação torne pública esta informação em pleno período de férias dos professores e educadores. Depois, é necessário perceber que, ainda que fosse



possível os professores submeterem-se a tal prova, ela de nada serviria, pois não abrirá qualquer concurso para acesso à categoria de professor titular, única forma de aceder à mesma. Recordar-se que responsáveis do ME tinham anunciado a realização de um concurso extraordinário, ainda durante a actual Legislatura, mas, confirma-se agora, não falavam verdade.

Para os professores será completamente indiferente que se realizem, ou não, provas de acesso a professor titular, pois sabem que, independentemente do resultado que nelas obtiverem, o que contará será a existência de concurso, sabendo-se, à partida, que o mesmo deixará de fora a esmagadora maioria dos docentes, pois será o Ministério das Finanças a autorizar a abertura desse concurso que, no mínimo, impedirá 2/3 dos professores de chegarem ao topo da carreira.

Perante este quadro, bem pode o ME desdobrar-se em iniciativas e informações que, pensará, irão enganar os professores em vésperas de eleições. Não o conseguirá, pois os professores reservarão as suas forças para o que é mais importante: eliminar esta inaceitável divisão dos docentes em professores de primeira e de segunda!

Sabe-se já, porque tornaram pública essa posição, que CDS-PP, PSD, PEV, PCP e BE procurarão acabar com a fractura introduzida na carreira docente. Sendo apenas o PS a defender a existência de categorias hierarquizadas na carreira dos professores, tudo indica que, brevemente, estas deixarão de existir. Quando tal acontecer, estaremos perante uma extraordinária vitória dos professores que muito têm lutado contra essa injusta e inaceitável divisão. - Paulo Azevedo, FENPROF (mail: paulo_campos_azevedo@msn.com)

Um problema de Justiça Fiscal para casais em União de Facto

Venho por este meio expor a V. Exas. o que se está a passar com milhares de casais Unidos de Facto.

A Lei 7/2001 de 11 de Maio define as regras aplicáveis às Uniões de Facto, sendo que no seu artigo 3º, alínea d) diz "Aplicação do regime do imposto de rendimento das pessoas singulares nas mesmas condições dos sujeitos passivos casados e não separados judicialmente de pessoas e bens;"

Ora, na transposição desta disposição para o Código de IRS, foi acrescentada uma alínea em que se refere que somente é aplicável o cálculo do IRS como Unido de Facto, a quem cumprir o disposto na Lei das Uniões de Facto, estando dependente da identidade do domicílio fiscal há mais de dois anos.

Como há milhares de casais que vivem em União de Facto há vários anos, que nunca alteraram o seu domicílio fiscal, o que se verificou foi que, volvidos vários anos a entregarem as declarações como Unidos de Facto, estatuto esse que é o que lhes é aplicável por força da Lei nº 7/2001, viram em 2008, as suas declarações de IRS de 2007 não serem aceites, por divergência no domicílio fiscal.

Em conformidade, e como era lógico, deslocando-se às finanças apresentaram provas da sua União de Facto, na expectativa que esse esclarecimento

resolvesse a situação.

Ora, o que se verificou é que as Finanças não aceitam a prova da União de Facto, remetendo-se apenas para a inexistência de identidade de domicílio fiscal, não aceitando as provas da União, e requerendo a apresentação de novas declarações como Solteiro, Separado de Facto ou Divorciado, para todos os anos em que se tenha entregue a declaração como Unido de Facto.

No meu caso, pretendem que refaça as declarações como Solteiro, para os anos de 2005, 2006 e 2007, apesar de viver em União de Facto desde 2001, ter apresentado provas como Declaração da Junta de Freguesia, casa adquirida em comum com a minha mulher, despesas da casa em nome dos dois, conta bancária conjunta e dois filhos em comum, nascidos em 2005 e 2007.

Portanto o que se verifica é uma clara discriminação dos Casais Unidos de Facto, neste momento há casais que são reconhecidos em termos civis mas o não são em termos fiscais, porquanto o código de IRS discrimina os casais por introdução de um artigo que não consta da lei que define as Uniões de Facto e assim não permite concretizar o direito consagrado na Lei nº 7/2001 de realização do IRS com estatuto equiparado aos casados.

Mas há mais, os casais que reclamam esse direito perante as finanças o que verificam, além da não aceitação desse direito legítimo, é que são efectuadas declarações oficiais, sem considerar os dependentes ou as deduções a que se tem direito, logo apurando-se valores muito superiores aos reais. Apesar de impugnados os cálculos, tal não tem efeitos suspensivos até à decisão judicial, logo os contribuintes têm de pagar valores que não devem ou ver os seus bens penhorados.

Isto é de uma total injustiça!

Como tal, venho alertar V. Exas. para o que se está a passar e apelar para que intercedam junto do Governo, do Ministério das Finanças e da Assembleia da República no sentido de repor os direitos dos Unidos de Facto, requerendo que sejam dadas instruções para que, nos casos de divergência no domicílio fiscal, seja permitida a apresentação de prova da União e no caso de se comprovar a mesma, as respectivas declarações sejam aceites.

Eu ainda acredito na democracia e que os nossos representantes eleitos efectivamente nos representam e que os eleitores e contribuintes são ouvidos, sem que tenham de recorrer à comunicação social para divulgar os seus casos.

Espero sinceramente que V. Exas. tomem atenção a esta situação de extrema injustiça, em que contribuintes honestos e cumpridores estão a ser perseguidos pelas Finanças devido a uma divergência na morada, quando vemos diariamente impostos devidos por bancos e empresas a prescreverem e fraudes fiscais em diversas instituições sem qualquer punição, estando os meios das Finanças alocados a importunar aqueles que efectivamente pagam impostos e tentar cumprir. - Corresponsável identificado, identidade omitida a seu pedido

«Sócrates só tem um princípio: o Poder, custe o que custar», diz Jardim

O líder do PSD/Madeira, Alberto João Jardim, acusou o secretário-geral do PS, José Sócrates, de ser o principal responsável pelo desvirtuar do ideal socialista em Portugal.

“Eu pergunto àqueles que um dia acreditaram num partido que foi de Mário Soares, que foi de Almeida Santos, que foi de António Guterres, que foi de Manuel Alegre, se este partido agora tem alguma ideologia. Eu pergunto aos portugueses se estão dispostos a votar num homem que não tem ideologia e cujo único princípio é o poder custe o que custar”, afirmou Jardim, no comício de reentré do PSD/Madeira, na ilha do Porto Santo.

Perante uma plateia que encheu a Praça do Barqueiro, no centro da cidade, o cabeça de lista madeirense às legislativas criticou os quatro anos e meio de governação socialista.

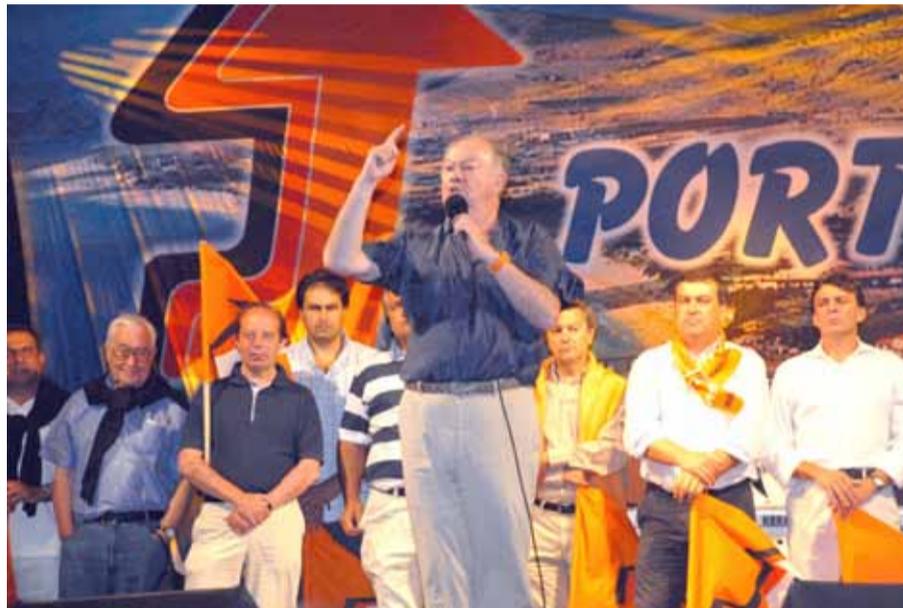
Jardim atacou Sócrates recorrendo às linhas programáticas apresentadas pelo PS.

Declarando que nada tem contra as opções sexuais de cada um - “até as respeito” - salientou também ter respeito pelos “valores de quase nove séculos da pátria portuguesa. Este partido [PS], a única coisa programática que apresentou até agora foi o casamento dos homossexuais”.

Este “não é o meu Portugal”, acrescentou.

Jardim enumerou uma série de questões que acha serem fulcrais para as eleições que se avizinham, considerando que o actual primeiro-ministro deixou o país num “estado que não existe desde 1974”.

O líder social-democrata madeirense acusou ainda Sócrates de ter destruído as pequenas e médias empresas, “tendo



dado cabo de tudo” e de agora só ter a seu lado “o grande capital”.

Jardim refutou a ideia de que tenha havido reformas em Portugal, nos últimos 4 anos: “Como pode falar-se em reformas se a única coisa que fez foi faltar ao respeito dos portugueses?”, questionou.

Por isso perguntou aos magistrados, funcionários públicos, aos professores, agentes das forças de segurança e militares das forças armadas, se no dia do voto vão aceitar “um individuo que durante quatro anos em meio outra coisa não fez senão ofendê-los e achincalhá-los”.

No final do discurso, Jardim ainda apelou aos eleitores a que não votassem nos pequenos partidos, pois “num clima onde ainda não se sabe se se conseguirá constituir maiorias em Lisboa, quanto mais deputados o PSD da Madeira eleger mais poder a Madeira terá”.

“Pode ser que sejam os deputados da Madeira a decidir a existência de qual-

quer governo”, disse.

A estratégia de coragem de Manuela Ferreira Leite

Alberto João Jardim afirmou apoiar a “estratégia de coragem” da líder nacional do PSD que afastou algumas figuras do partido das listas de candidatos aos próximos actos eleitorais.

“Estou de acordo com a estratégia da dra. Ferreira Leite, embora não seja o meu estilo pessoal e, sobretudo, estou de acordo porque acho que ninguém até agora teve a coragem de dizer porque é que foi feita aquela limpeza”, disse o presidente do PSD/Madeira à agência Lusa.

Jardim, que está a gozar férias na ilha do Porto Santo, argumentou que a “limpeza” protagonizada por Manuela Ferreira Leite serve “para dar uma transparência ao partido”, pois algumas dessas figuras “estavam ligadas a sociedades

secretas”.

Sem mencionar nomes, o líder madeirense considerou que se “tratavam de indivíduos ligados ao sistema, numa perspectiva de bloco-centralismo e, é essa presença de determinadas sociedades secretas dentro do PSD que a Dra. Ferreira Leite está a combater”.

Opinou que esta posição da presidente nacional dos sociais-democratas não representa “estar a fazer cisões” no partido e deu como exemplo o caso das escolhas do PSD para a Câmara Municipal de Lisboa.

“É a própria dra. Ferreira Leite que vai buscar o dr. Pedro Santana Lopes e o seu grupo, com o qual eu ideologicamente mais me identifico, para candidato à principal câmara do país”, argumentou.

Jardim afirmou que esta posição da líder nacional “é uma demonstração de que há um espírito de unidade dentro do partido”, sendo necessário “pôr em contenção indivíduos que têm afinidades com o funcionamento de certas sociedades secretas, as quais têm sido até agora o bloco central do regime e têm-no sustentado, quer com governos PS, quer com governos PSD”.

Jardim disse que “essas sociedades secretas fazem um bloco central de interesses que na prática governam o país”.

Jardim realça que a estratégia posta em prática por Manuela Ferreira Leite “é um acto de coragem para demonstrar que o PSD não vai fazer bloco central e que vai ficar clarificado, sem ter ramificações, sem sociedades secretas”.

Acrescentou que a análise feita a nível nacional à atitude de Manuela Ferreira Leite “é uma estratégia socialista para falar do PSD e não das poucas vergonhas do PS”. - Fonte: Lusa

Listas foram hoje entregues no Tribunal: candidaturas da Coligação “Juntos por Braga” abrem novo Ciclo Político em Braga

O líder da Coligação “Juntos por Braga” e Candidato à Presidência da Câmara Municipal de Braga, Ricardo Rio, assegurou, após a entrega das Listas da Coligação candidatas às próximas Eleições Autárquicas que as mesmas “abrem um novo Ciclo Político para Braga, com novos protagonistas, novas prioridades, novas políticas, uma nova atitude e uma superior ambição”.

O acto público no qual participaram o Mandatário da Coligação, Professor

Miguel Bandeira, e outros dirigentes partidários e Autarcas, teve lugar hoje ao início da tarde, envolvendo a Lista à Câmara Municipal de Braga, a Lista à Assembleia Municipal de Braga – liderada pelo independente Professor Carlos Bernardo – e as candidaturas a 52 Freguesias do Concelho.

O actual Vereador da Câmara Municipal de Braga deu nota da plena confiança dos responsáveis da Coligação na conquista da confiança da maioria dos

Bracarenses, que poderá viabilizar a realização dos três objectivos a que a mesma se propõe: “a conquista da Câmara Municipal de Braga, a conquista da maioria dos Deputados da Assembleia Municipal de Braga e a vitória na maioria das Juntas de Freguesia do Concelho”.

Para tal, Rio diz “contar com a reconhecida competência dos Candidatos da Coligação, o seu rico percurso académico, profissional e social e o dinamismo que advém de uma efectiva renovação dos

protagonistas da gestão municipal”.

“Ao contrário dos que fazem renovações de fachada mas perseguem uma lógica de perpetuação no poder”, Rio diz-se preparado para, com a sua equipa, “liderar um projecto para a próxima década, capaz de colocar Braga na rota do desenvolvimento e da inovação e propiciar a todos os Bracarenses uma real qualidade de vida e o orgulho em quem gere os destinos da terra que amam”.

Em resposta às questões dos jorna-



listas presentes, Ricardo Rio foi contundente para com o candidato do Partido Socialista: “Eu não sou o “cavalo de Tróia” de ninguém e os que me apoiam querem-me a gerir os destinos do Concelho nos próximos anos e não encostar-me a um canto no dia 12 de Outubro, para não incomodar a sua tomada de assalto ao poder.”

Coligação concorre a todas as Freguesias do Concelho

Uma vez que às candidaturas “próprias” se juntam os apoios expressos a dez Listas Independentes, seis das quais lideradas por Presidentes de Junta em funções (Sobreposta, Palmeira, Tenões, Nogueiró, Celeiros e Maximinos), a Coligação encontra-se representada em todas as Freguesias do Concelho, ao contrário do que aconteceu em anteriores actos eleitorais.

Além das referidas Freguesias, são ainda apoiadas Listas Independentes nas Freguesias de Arentim, Cunha, Este S. Mamede e Penso S. Vicente.

Em equipas pautadas por uma clara aposta na juventude, a profunda renovação foi o corolário de um processo intenso de trabalho ao longo dos últimos quatro anos, que envolveu os anteriores candidatos, vários cidadãos de todas as Freguesias e os coordenadores do Gabinete Autárquico da Coligação.

“Sem pôr em causa os méritos de quem antes nos representou, e que agora continua a apoiar-nos e a participar neste projecto, temos hoje candidaturas mais fortes, mais representativas e com a natural ambição de obterem a vitória num amplo leque de Freguesias em todo o Concelho”, disse Rio.

A Coligação repete apenas 9 Cabeças-de-Lista de entre os que se encontravam na Oposição, apresentando um total de 37 novos candidatos, dos quais 5 são mulheres (Passos S. Julião, Dume, Sé, Lamas e Morreira).

De entre as Juntas de Freguesia conquistadas pela Coligação em 2005, apenas Luís Macedo (Cividade) se apresenta pela primeira vez como candidato à Presidência da Junta, cargo que já exerceu desde o trágico falecimento de António Peixoto dos Santos.

As Listas entregues envolvem um número superior a mil candidatas, a que se juntam mais algumas centenas nas

10 Listas Independentes apoiadas pela Coligação.

José Manuel Afonso lidera “Independentes por Arentim” e apoia Ricardo Rio para a Presidência da Câmara

Ricardo Rio, líder da Coligação Juntos Por Braga, visitou no passado, sábado, dia 28 de Agosto, a Freguesia de Arentim. Esta visita serviu ainda de mote para a apresentação da candidatura “Independentes por Arentim”, liderada por José Manuel Afonso.

Numa tarde de intenso calor foram cerca de uma centena os Arentinenses que se deslocaram ao Largo da Igreja para assistir à apresentação da candidatura de José Manuel Afonso e da sua equipa e ouvir as palavras de apoio do Líder da Coligação Juntos Por Braga, Ricardo Rio, a este Movimento Independente e a todos os habitantes da freguesia, reiterando mais uma vez “a necessidade de uma autarquia próxima dos cidadãos, que olhe de igual forma para todo o concelho e para os problemas das freguesias urbanas e daquelas que são mais afastadas do centro da cidade”, referiu.

“Há muito mais Braga depois do Eng. Mesquita Machado”, considera o líder da Coligação

Ricardo Rio, aproveitou ainda a ocasião para deixar uma mensagem de tranquilidade à jovem “Catarina”, afirmando que “no Verão do próximo ano e connosco à frente dos destinos da Autarquia, também poderás utilizar as Piscinas Municipais”, numa clara alusão a uma notícia publicada recentemente num dos jornais locais a propósito do encerramento dos programas de férias, promovidos pela Autarquia, onde a jovem apelava a que o actual Presidente deveria ganhar as próximas eleições para assim garantir o direito a usufruir destes equipamentos.

Dando garantias de que será aproveitado o que hoje é bem feito, o líder da Coligação referiu ainda a necessidade urgente de corrigir o que está mal, “e são muitas as situações negativas que encontramos um pouco por todo o concelho”, referiu, realçando a postura dos que integram a lista liderada por José Manuel Afonso que, independentemente das cores partidárias, “uniram-se e disseram sim por aquilo que consideram ser o melhor para a freguesia de Arentim”.

Ricardo Rio lançou ainda um olhar pelos principais problemas que afectam Arentim, salientando as dificuldades nos acessos às freguesias vizinhas, a falta de oportunidades de habitação para os mais jovens, que desta forma se vêm obrigados a abandonar o local onde nasceram, a falta de condições condignas que muitas instituições sociais atravessam, referindo-se em concreto à ADICA, que desenvolvem um trabalho notável em prol das franjas da população mais carenciadas, a falta de uma rede de saneamento com cobertura a 100% e a falta de apoios para Associações Juvenis como a AJA.

Por último Ricardo Rio, referiu ainda o Teatro de Arentim, um dos mais antigos do Concelho, que possui um espólio riquíssimo e que urge conservar, não se compadecendo com os sucessivos atrasos e adiamentos a que a actual Autarquia tem votado esta questão”, afirma.

“Corrigir o que está mal. Melhorar o que está bem”

José Manuel Afonso, cabeça de lista à Junta de Arentim, deu a conhecer aquelas que são as principais motivações da sua candidatura e da equipa que o acompanha neste desafio, reiterando mais uma vez a sua total disponibilidade para servir a freguesia e o apoio a Ricardo Rio. “Para mim não tenho dúvidas. Está mais do que na hora da Câmara Municipal de Braga ter sangue novo e vida nova”, referiu.

O líder do movimento “Independentes por Arentim” e sob o lema “Corrigir o que está mal, melhorar o que está bem” deixou algumas das principais preocupações desta candidatura para com a Freguesia: “é necessário assumir uma política estruturada, coerente e moder-

na. O executivo da futura junta terá que colocar como prioridade a necessidade de contribuir para a valorização do estatuto social, económico e cultural dos arentinenses. Assegurar a disponibilidade de uma órgão autárquico mais próximo dos cidadãos. Melhorar o funcionamento administrativo da Junta de Freguesia. Uma atenção especial ao envelhecimento da população. Aumentar o apoio social e apoiar os movimentos associativos”, são algumas das principais medidas a implementar a partir do próximo dia 11 de Outubro.

Arentim, o parente pobre da autarquia bracarense

Celestino Ferreira, candidato pela Coligação à Assembleia de Freguesia de Arentim nas últimas eleições autárquicas foi um dos principais intervenientes na sessão, manifestando mais uma vez o seu total apoio a Ricardo Rio e à sua equipa, bem como ao Movimento liderado por José Manuel Afonso, apelando à necessidade de uma mudança urgente quer em Braga, quer em Arentim, onde as pessoas que estão à frente dos destinos “não sabem fazer mais, nem sabem fazer melhor”.

O antigo candidato apelou ainda para que depois do dia 11 de Outubro, Ricardo Rio, olhe de forma especial para esta freguesia e para os problemas dos seus habitantes, já que até agora Arentim tem sido a parente pobre da Câmara Municipal de Braga”.

No decorrer da visita, Ricardo Rio e a sua comitiva, tiveram ainda oportunidade de constatar o abandono a que estão votadas as instalações da nova Estação de Arentim que nunca foram inauguradas e que estão desde sempre encerradas.

Perfil José Manuel Afonso

José Manuel Afonso tem 42 anos, é natural do Porto, mas vive desde os 3 meses em Arentim. Casado, pai de dois filhos, um rapaz e uma rapariga, com 18 e 13 anos, é técnico da Delphi/Grundig. Entre 2001 e 2005 foi Tesoureiro da Junta de Freguesia e Arentim pelo PS, cargo a que não se recandidatou devido às divergências com o actual executivo.

Actualmente lidera o movimento “Independentes por Arentim”, que reúne elementos de diversas fontes partidárias, e que têm como lema “Corrigir o que está mal. Melhorar o que está bem”. - Correspondente



Notícias dos Açores

Berta Cabral garante reforço do apoio municipal às famílias e suas crianças

A presidente do PSD/Açores e candidata do PSD à Câmara Municipal de Ponta Delgada, Berta Cabral, garantiu na sexta-feira que dará continuidade às políticas municipais de apoio à família e à infância, também, através do reforço da rede de Ateliers de Tempos Livres para os mais novos.

Berta Cabral que esteve presente num torneio de futebol entre as crianças dos ATL de Aflitos, nos Fenais da Luz, São Vicente Ferreira e das Capelas, afirmou que “a conciliação da vida pessoal e profissional das famílias de Ponta Delgada tem sido, desde a primeira hora, uma das maiores apostas de resposta social do município”, que avançou por iniciativa própria com a abertura de espaços de ocupação de tempos livres para as crianças, sem o apoio das entidades governamentais, em 2004.

Agora com mais de duas dezenas de ATL a funcionar nas várias freguesias do concelho com mais de 400 crianças, Berta Cabral orgulha-se do sucesso da iniciativa e da satisfação dos pais que, quer durante o ano lectivo, quer durante as férias do Verão, sabem que têm os seus filhos seguros e ocupados todo o ano com actividades que incentivam o desenvolvimento sócio-intelectual e motor dos mais novos. Até porque – disse – ao contrário de algumas opiniões que se recusam a conhecer a realidade destes espaços, os ATLs de Ponta Delgada não foram feitos para manter os meninos a fazerem os trabalhos de casa depois das aulas, mas, sim, para proporcionar condições de desenvolvimento saudáveis às crianças.

Tal como demonstrou a actividade que a candidata participou hoje, os ATLs de Ponta Delgada mantêm o acompanhamento às crianças durante as férias e em descobertas permanentes, com actividades lúdicas que vão desde os intercâmbios com os outros ATLs, visitas a várias instituições locais, até aos descontraídos passeios pelo campo e pela praia.

Um estudo feito em 2008 junto das famílias que ocupam as suas crianças em ATL de iniciativa municipal demonstrava que 41% dos pais inquiridos consideraram “Muito Bom” o desenvolvimento dos seus filhos nos ateliers camarários, enquanto que 44% considerou de “Bom”. Um sucesso que a candidata do PSD promete manter à frente da Câmara Municipal de Ponta Delgada e reforçar com a abertura de novos espaços de ocupação dos tempos livres das crianças do 1º Ciclo de Ensino, numa aposta contínua na qualidade dos educadores e dos projectos que se desenvolvem nos ATL.

Este ano está prevista a abertura de novos ATL.

Mota Amaral defende “novas soluções” para a agricultura

O candidato do PSD/Açores a de-



putado na assembleia da república, Mota Amaral, defendeu “novas soluções para os problemas que afectam o sector agrícola em Portugal e que, naturalmente, se reflectem directamente nos empresários agrícolas açorianos, nomeadamente ao nível dos impostos”, afirmando que “somos muito críticos do peso tributário que recai sobre os cidadãos em geral, e sobre os empresários de uma forma particular”, adiantou.

Falando após uma reunião com a direcção da associação dos jovens agricultores micaelenses, Mota Amaral assumiu que “defendemos a eliminação dos pagamentos especiais por conta, isto atendendo às circunstâncias actuais, que são diferentes de quando eles foram instituídos, assim como achamos que o IVA deve ser pago com a emissão do recibo e não pela factura”.

Respondendo a algumas das questões levantadas pelos dirigentes daquela instituição, o candidato mostrou-se favorável “a uma maior fiscalização no mercado do leite”, considerando que “há diversas soluções que devem ser estudadas, pois devem estabelecer-se condições iguais para todos, sendo que fiscalizações eficientes poderão evitar que alguns países procedam de forma a afectar o equilíbrio de mercado perante outros estados membros”, justificou.

Referindo ser “uma realidade a decadência do sector agrícola, visivelmente acompanhada por um empobrecimento generalizado dos agricultores”, o social-democrata defendeu que “é preciso fazer frente a isso”, sendo que “o PSD acorda

numa nova responsabilidade da política económica para o sector, não se podendo querer apenas preços baixos, desprezando as regras europeias”, explicou.

“Os direitos dos trabalhadores e a segurança ecológica merecem toda a nossa atenção”, esclareceu, acrescentando que “não pode haver situações de dumping económico, social e ecológico, pois essas estão a matar a nossa agricultura e é urgente rever esse problema”, afirmou.

O candidato a deputado pelo PSD/Açores recordou ainda que, nesse âmbito, “as necessidades da região têm de ser enquadradas no contexto nacional, isto em termos de substância e revendo-nos todos numa abrangência europeia”, disse Mota Amaral, para quem “Portugal deve ser uma voz activa na Europa, defendendo uma economia humanista, devemos pois agir não só como consumidores mas também como cidadãos”, concluiu.

Mota Amaral enaltece “voluntariado como uma missão cívica”

Mota Amaral, sublinhou na semana passada “o valor do voluntariado nas comunidades”, elogiando “todos os que, de moto próprio, exercem algum tipo de trabalho em forma de contributo aberto à sociedade, ajudando a resolver problemas, num exemplo de responsabilidade pelo bem comum”, afirmou.

Falando após uma reunião com a direcção Associação Humanitária de Bombeiros de Ponta Delgada, Mota Amaral assumiu que “cada vez mais se

vai tornando necessário um sobressalto cívico, pois é preciso que os cidadãos assumam as suas responsabilidades de homens livres, numa sociedade livre, onde devemos participar e ser activos”, disse.

“Nos tempos que vão correndo, e mercê de uma certa ideologia que é apanágio do socialismo, as pessoas tornaram-se passivas, aguardando que o governo resolva tudo, afinal essa é também a postura do próprio poder político, que inclusivamente pugna por refrear a própria liberdade dos cidadãos”, realçou Mota Amaral.

O cabeça de lista pelo PSD/Açores às próximas eleições legislativas considerou que “o acto eleitoral do próximo dia 27 de Setembro é, também ele, um momento privilegiado para se manifestar o empenho colectivo, que permita a construção de um Portugal de verdade e com esperança”, assumiu.

Mota Amaral aproveitou a visita para congratular os bombeiros de Ponta Delgada “pelos 130 anos de actividade, em prol da população local, assim, como dos restantes concelhos da ilha de São Miguel”, estendendo a distinção com “uma homenagem a todos os bombeiros voluntários do nosso país, que têm dado um apoio muito importante na manutenção da segurança e bem estar das gentes”, disse.

“Especialmente no que toca aos fogos florestais, um flagelo que felizmente, e por factores climatéricos, não afecta os Açores, a dedicação dos soldados da paz tem sido incedível, mesmo com risco da própria vida e sempre na defesa das



vítimas dos incêndios, o que merece todo o nosso respeito e gratidão”, concluiu o candidato.

Política de segurança do Governo PS “é um verdadeiro desastre”

Ainda em acção d pré-campanha, Mota Amaral, considerou como “um verdadeiro desastre a política de segurança adoptada pelo governo socialista nos Açores”, afirmando que “os factos contrariam o discurso oficial, dado que os cidadãos de sentem realmente inseguros, e que os dados recentes lhes dão razão”, sublinhou.

Falando na sequência “de mais um assalto à mão armada a um banco, ocorrido esta manhã na vila da Lagoa”, o social-democrata referiu que “efectivamente a participação de crimes baixou em número nalgumas comarcas da região, mas isso é apenas um gravíssimo sinal de que os açorianos já não confiam nas forças de segurança, dada a burocracia associada à sua actuação”, afirmou.

“Em contrapartida, há comarcas em que se verificou um aumento exponencial da criminalidade participada, o que vem reforçar a necessidade de se encontrar uma segurança efectiva das populações”, assegurou, acrescentando que “isso não foi tido realmente em conta pelo governo socialista, sendo condenáveis o congelamento de admissões na PSP, por dois anos consecutivos e para reduzir despesas, assim como a privatização encapotada da segurança pública, ambas com consequências desastrosas”, disse o cabeça de lista do PSD pelos Açores.

Neste momento há mais elementos de empresas privadas de segurança a velar pelos cidadãos, como é o caso da entrada dos tribunais, do que agentes públicos”, exemplificou, realçando que “a cada vez maior preponderância da criminalidade violenta, a que se junta a já referida sensação de insegurança geral, são sinais perigosos de que foi descurada a nossa

tradição de vivência pacífica e pacata”, lamentou.

Para Mota Amaral “há criminosos à solta, mercê de leis aprovadas que não correspondem à real situação de segurança do nosso país”, pelo que “uma mudança na orientação é urgente, sendo as eleições do próximo mês uma oportunidade do povo se manifestar, também perante uma temática de tão grande importância”, concluiu.

António Ventura reivindica melhores comunicações móveis

O candidato à presidência da câmara de Angra do Heroísmo pelo PSD, António Ventura, denunciou hoje a existência “continuada” de “zonas escuras no concelho de Angra, no que diz respeito à rede de comunicação de telemóveis”, referindo que “a maioria das freguesias do interior do concelho continua sem uma cobertura em condições, sendo ainda preocupantes os casos de Doze Ribeiras, Serreta, Ferreira ou São Bartolomeu”, esclareceu.

Segundo o social-democrata, um dos principais factores de desenvolvimento de um concelho “reside na sua capacidade de comunicar”, pelo que “Angra não pode continuar assim, no que toca às suas comunicações móveis”, sendo que “assumo, nas funções a que me candidato, ser porta-voz dessas queixas junto das entidades responsáveis, de modo a que deixem de existir as zonas escuras no concelho, através de uma melhoria considerável no estabelecimento das redes móveis”, garantiu.

Para António Ventura “no interior da ilha existem várias actividades, como a pecuária de leite e carne, a tauromáquia, a industrial e a turística, que são severamente prejudicadas pela insuficiência ao nível desse tipo de comunicações”, para além da “natural repulsão na fixação de jovens que essa lacuna pode originar, dadas as necessidades actuais”, lamentou.

móvel no concelho”.

Na altura, o social-democrata, referiu-se “às zonas do interior do concelho de Angra e parte da zona oeste, em particular, a freguesia das Doze Ribeiras e parte da freguesia de Santa Bárbara, que ainda se encontram parcialmente isoladas ao nível da cobertura de rede móvel”, uma situação que considerou “lamentável nos nossos dias”, e que agora, afiança, “persiste em existir e tarda em ser resolvida”, conclui.

Exige-se a verdade sobre o novo Hospital de Angra

António Ventura, exigiu do governo regional “informações, com verdade, sobre a situação do novo hospital”, referindo que “desde há dez anos que o executivo vem anunciando a sua construção, e a verdade é que ele ainda não existe, nem se confirmam os inúmeros prazos entretanto adiantados”, afirmou

Segundo o social-democrata, o actual hospital “já não satisfaz minimamente as exigências dos seus utentes”, quer no que diz respeito “à qualidade das instalações e diversos equipamentos”, quer “na capacidade de resposta a algumas situações, não sendo normal o que recentemente aconteceu com as roturas de água”, explicou.

Para António Ventura “é cada vez mais urgente a construção de uma nova estrutura hospitalar”, que possa “responder, com eficácia e de forma adequada, às necessidades dos utentes”, que, “nos dias de hoje apenas podem ser colmatadas com os mais elevados padrões de saúde”, concluiu. - Fonte: Lusa

Recorde-se que, em Abril passado, e na apresentação de um programa relativo às comunicações e novas tecnologias – Angra.net -, o candidato já afirmara “pretender estabelecer uma voz reivindicativa, de carácter persistente, junto da Autoridade Nacional de Comunicações (ANACOM) para o desaparecimento de zonas escuras ao nível da comunicação

Notícias do Algarve

A Presidente do PSD inicia pré-campanha no Sul

A líder do PSD, Manuela Ferreira Leite, iniciou as suas actividades de pré-campanha eleitoral na terça-feira, dia 1 de Setembro, precisamente no Algarve.

Assim, pelas 11 horas, no Algoz, reuniu com as direcções da UNICOFA e da ACRAL, duas das maiores associações de comerciantes do Algarve, de cujos presidentes ouvirá uma explanação dos problemas que afectam o sector do comércio algarvio, e as pequenas e médias empresas em geral. A líder do PSD fez uma apresentação das suas propostas eleitorais, tendo em vista a recuperação da economia e do emprego, particularmente, no que respeita às PME's.

Às 18 horas, Manuela Ferreira Leite deu início, frente ao Hotel Faro, a uma “arruada” pela tradicional Rua de Santo António, na capital algarvia, de contacto directo com os eleitores e eleitoras.

Pelas 19 horas, no auditório da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve, teve lugar uma sessão pública, durante a qual usaram da palavra o presidente do PSD/Algarve, Mendes Bota, o cabeça de lista pelo círculo eleitoral de Faro, Jorge Bacelar Gouveia, o presidente da JSD, Pedro Rodrigues e, a encerrar, a líder do PSD.

Marcelo Rebelo de Sousa apoia Macário Correia

No dia 25, pelas 18:15 horas, no Hotel Eva, encontraram-se informalmente o Prof. Marcelo Rebelo de Sousa e o Eng.º Macário Correia.

O objectivo do encontro foi a troca de impressões sobre a actualidade do Concelho e da Região, pretendendo, o Prof. Marcelo Rebelo de Sousa, dar mostra pública do seu apoio à candidatura “Faro está Primeiro”, encabeçada, como é sabido, pelo Eng.º Macário Correia.

No final do encontro, houve um período de declarações aos Jornalistas. - Fonte: Candidº Macário



CONVOCATÓRIAS DO PSD

Recepção

Terça – feira até 12h00

Para: Fax: 21- 3973168

Email: convocatorias@psd.pt



VILA DO CONDE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Vila do Conde, para reunir no próximo dia 11 de Setembro de 2009, (sexta-feira) pelas 21h30, na sede concelhia, sita na Praça da República, n.º 7, com a seguinte Ordem de trabalhos

- 1 – Aprovação da acta da Assembleia de 29/05/2009
- 2 – Eleições Legislativas
- 3 – Eleições Autárquicas
- 4 – Outros assuntos de interesse

MAFRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se a Assembleia de Secção, para reunir em Plenário no dia 4 de Setembro de 2009 (sexta-feira), pelas 21h30, na Sede da JSD Mafra, sita no Terreiro D. João V, n.º 61, em Mafra, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Eleições Legislativas e Eleições Autárquicas.
O Presidente da Mesa
(José Bizarro)

PONTE DE LIMA

Ao abrigo do artigo 96º dos Estatutos da JSD, convoco os militantes da JSD de Ponte de Lima, para reunirem em Plenário, na Sede Concelhia do PSD de Ponte de Lima, sita na Praceta Dr. Vieira de Araújo, no dia 4 de Setembro de 2009, pelas 21 horas, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Informações;
- 2 – Apresentação dos candidatos da JSD aos órgãos autárquicos e legislativos pelo PSD;
- 3 – Apresentação e discussão do projecto político da JSD (por Tiago Miranda);
- 4 – O Núcleo Oeste e o Núcleo Sul da JSD de Ponte de Lima – análise de trabalho realizado;
- 5 – Outros Assuntos.
A Presidente da Mesa do Plenário
(Clara Alexandra Magalhães da Rocha)